



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

EXERCÍCIO ECONÓMICO
ANO 2023

Sede

Rua do Salitre, nº 51/53 | 1250-198 Lisboa
Telefone(+351) 213 536 158 | Fax(+351) 213 536 149
geral@oroc.pt

Serviços Regionais do Norte

Av. da Boavista, nº 3477/3521 2º andar | 4100-139 Porto
Telefone(+351) 226 168 117 | Fax(+351) 226 102 158



Mensagem do Bastonário

M
F
S
A
a

Caras/os Colegas,

O Conselho Diretivo termina o seu mandato com resultados do ano financeiro de 2023, que refletem o trabalho desenvolvido no triénio, pautado elevado rigor, ética de acordo com a missão a que nos propusemos para e com os Membros da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

No ano de 2023, cumprimos o plano de atividades e orçamento a que nos tínhamos proposto. E fizemo-lo com muita motivação e responsabilidade, o que nos permite ter uma Ordem mais desenvolvida e atual com as respostas necessárias aos desafios que permanentemente nos são colocados.

O caminho e a busca de melhorias nunca acaba. Somos, por definição, uma profissão que busca sempre o mais. É esse o nosso ADN, e pelo qual, enquanto profissão, somos reconhecidos. Mas o caminho já percorrido permite-nos já afirmar que, o que fizemos, fizemos com muito orgulho e satisfação perante os resultados obtidos, aqui espelhados neste Relatório & Contas.

Este documento demonstra o muito que realizamos em prol da Ordem dos Revisores e da profissão, quer junto dos nossos membros, quer da sociedade e de todos os *stakeholders*.

Estamos cientes que os nossos resultados refletem o trabalho incansável de todos os órgãos sociais, e de todos os membros que têm estado sempre presentes, colaborando incansavelmente na persecução dos objetivos que são de todos.

Termino, orgulhoso no trabalho desenvolvido e com confiança no futuro, mas consciente dos desafios que estão por vir para a nossa profissão.

Fernando Virgílio Macedo

Bastonário



M
K
R
A
O

ÍNDICE

MENSAGEM DO BASTONÁRIO	2
1. NOTA INTRODUTÓRIA	4
2. ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	5
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	7
4. GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS	37
5. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.	39
6. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO.	40
7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.	42
8. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	48
9. PERSPETIVAS FUTURAS.....	53
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	55
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	56
12. ANEXOS	
ANEXO I – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	
ANEXO II – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	



M
A
F
S
F

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS | 2023

1 | NOTA INTRODUTÓRIA

O Conselho Diretivo é um órgão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), nos termos da alínea e) do artigo 12.º do Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC), aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, alterado pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 79/2023, de 20 de dezembro.

De acordo com o disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 31.º do EOROC, o Conselho Diretivo apresenta o seu Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2023 e submete-o à aprovação da Assembleia Representativa, após apreciação do Conselho Fiscal.

O presente relatório de gestão tem como objetivo espelhar a situação financeira, orçamental e a atividade desenvolvida pela OROC relativamente ao ano de 2023.



M
a
F
S
A

2 | ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos termos do artigo 31º do EOROC, sintetizamos a atividade dos órgãos sociais da Ordem, desenvolvida no âmbito das suas competências durante o ano de 2023:

❖ Assembleia Representativa

Ao longo do ano de 2023, a Assembleia Representativa da Ordem reuniu nas seguintes datas:

- 11 de abril para discussão e aprovação do relatório de atividades e as contas do exercício de 2022, tendo em conta o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, para discutir e votar a proposta do Conselho Diretivo de aplicação dos resultados contida no relatório e para apreciar a atividade e desempenho dos órgãos sociais e para deliberar sobre a proposta do Conselho Diretivo sobre a aquisição do imóvel sito no edifício Aviz, no Porto;
- 10 de maio para ratificar os contributos remetidos ao Governo pelo Conselho Diretivo, para apresentação de proposta de lei de alteração do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e demais legislação aplicável, decorrente da necessidade de adequação ao previsto na Lei n.º 12/2023, de 28 de março, que alterou o Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais; e
- 23 de outubro para fazer o ponto de situação relativamente ao EOROC e das Eleições para os órgãos sociais decorrente da alteração legislativa e demais assuntos da Ordem.

❖ Conselho Superior

Em 2023, o Conselho Superior reuniu em junho e em novembro para dar parecer relativo a toda a atividade desenvolvida pelo Conselho Diretivo no âmbito da sua competência, nomeadamente:



Handwritten initials in blue ink, possibly 'M', 'K', 'S', and 'Z'.

- em junho, para apreciar e deliberar sobre o relatório do Instrutor a que se refere o n.º 2 do artigo 15.º do Regimento do Conselho Superior e sobre o respetivo recurso hierárquico interposto na sequência do acórdão disciplinar proferido no âmbito do processo disciplinar n.º 9/2021 e para Discussão/aprovação do Regimento do Conselho Superior e,
- em novembro, para conhecimento do ponto de situação relativamente aos EOROC e eleições para os órgãos sociais bem como outros assuntos de interesse para a Ordem.

❖ **Bastonário**

O Bastonário representou a Ordem em várias instâncias, dirigiu os seus serviços e assegurou a Direção da revista Revisores e Auditores, tendo ainda exercido as demais competências que a lei e os regulamentos lhe conferem.

❖ **Conselho Diretivo**

Durante o ano de 2023, o Conselho Diretivo reuniu quinzenalmente de acordo com as suas competências. Aos membros do Conselho Diretivo estão ainda atribuídas funções de coordenação das diversas atividades da Ordem as quais se descrevem neste relatório.

❖ **Conselho Disciplinar**

A atividade desenvolvida pelo Conselho Disciplinar é apresentada em ponto próprio do relatório (ponto 3.10).

❖ **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal apresenta o seu relatório de atividade em documento próprio (Anexo II).



M
A
K
R

3 | ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A OROC desenvolve diferentes atividades, no âmbito das suas atribuições, nomeadamente na vertente técnica, da formação, da qualificação e do acesso à atividade profissional, do controlo de qualidade e supervisão da atividade, da administração e finanças, da assessoria jurídica, das relações internacionais, de questões deontológicas e éticas, aqui resumidas:

3.1 QUALIFICAÇÃO E ATIVIDADE

No quadro seguinte apresentamos uma síntese do número de ROC inscritos, nos últimos 2 anos. Comparativamente com o ano de 2022, regista-se um aumento líquido de 15 membros, que correspondem ao aumento de 21 ROC's nos ROC sem atividade e uma diminuição de 6 ROC com atividade:

ROC	2023	2022	Variação 2023/2022	
			N.º	%
Com atividade	882	888	-6	-0,7%
A título individual	161	171	-10	-5,6%
Sob contrato de prestação de serviços	50	50	0	0,0%
Como sócios de SROC	671	667	4	0,6%
Sem atividade	693	672	21	3,3%
Suspensos	171	163	8	5,3%
Não suspensos	522	509	13	2,7%
Total	1575	1560	15	1,0%

Este aumento líquido de 15 Revisores Oficiais de Contas, reflete o efeito conjugado da admissão de 45 novos membros, do cancelamento de 21 inscrições e do falecimento de 9 membros.

A evolução verificada no número de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas



M
a
z

(SROC) é apresentada no quadro seguinte:

SROC	2023	2022	Variação 2023/2022	
			N.º	%
Número de sociedades	194	198	-4	-2,1%

Quanto à distribuição do número de ROC inscritos por género, por escalão etário, pode mostrar-se como segue:

Género	Idade <39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60-69	Idade >70	Total
Por género - unidades						
Masculino	60	319	251	190	250	1070
Feminino	44	232	177	39	13	505
Total	104	551	428	229	263	1575
Peso do género - em %, em cada escalão						
Masculino	58%	58%	59%	83%	95%	68%
Feminino	42%	42%	41%	17%	5%	32%

Este quadro evidencia o crescente número de ROC do género feminino à medida que o escalão etário reduz.

3.2 ATIVIDADE PROFISSIONAL

A plataforma de comunicação entre os Revisores e a Ordem é um instrumento essencial para assegurar o cumprimento das obrigações inerentes às comunicações de início e cessação de funções de interesse público.

De igual modo, esta plataforma é um instrumento essencial para a consulta permanente da informação registada na Ordem, tendo por objetivo um controlo de atividade na Ordem mais proactivo em todas as suas vertentes.



M
O
F
S
Z

Para este efeito, no decurso de 2023, foi novamente solicitado a atualização dos dados constantes da plataforma, contando com a colaboração da generalidade dos ROC/SROC envolvidos neste processo. No entanto, dado que a sua atualização deverá ser feita de forma permanente, necessitamos do estrito cumprimento da obrigatoriedade desta atualização por todos, para que este processo, essencial para a Ordem, se mantenha atualizado e permita, assim, um adequado controlo sobre a atividade profissional, bem como sobre o mercado de auditoria/revisão de contas. Este processo continuará a ser monitorizado pelos serviços correspondentes da Ordem.

Também no âmbito da área da atividade profissional, foi reiniciado em 2021 o trabalho com o objetivo de identificação de entidades que, estando obrigadas a dispor de contas certificadas por um ROC / SROC, não estavam identificadas nos registos da Ordem. Este trabalho foi efetuado com base nos registos existentes na Ordem. Inicialmente, foram enviadas mais de 2.000 cartas / comunicações e muitas das situações que não estavam em conformidade foram ajustadas. Durante 2023, prosseguiram as diligências neste âmbito de atuação, existindo ainda diversas situações e entidades a serem monitorizadas por forma a se verificar a situação em concreto ou a resolução da não conformidade.

Também com este objetivo, a Ordem estabeleceu contactos com a Secretaria do Estado e dos Assuntos Fiscais e com outros membros do Governo, bem como com o Instituto dos Registo e Notariado, procurando sensibilizar os mesmos para as situações nefastas decorrentes dos incumprimentos que se verificam a este nível, procurando-se ainda adotar outras medidas legalmente previstas para que estes tipos de incumprimento sejam sanados. Consideramos, também fundamental, envolver a Autoridade Tributária e Aduaneira neste processo.

É essencial a colaboração de todos os ROC/SROC na identificação de entidades que estejam obrigadas a possuir contas certificadas por um ROC/SROC e que não possuem contrato. A Ordem dentro das suas competências intervirá sempre na interação com estas entidades na medida das suas capacidades.

Ainda no âmbito do controlo da atividade profissional foram requeridas ou obtidas diversas informações para diferentes propósitos: relatório e contas das sociedades de Revisores Oficiais de Contas, informação sobre detalhe de rendimentos das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e Revisores Oficiais de Contas, colaboradores das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e Revisores Oficiais de Contas, relatórios de transparência das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas com Entidades de Interesse Público.



M
a
K
&
r

Por fim, é de salientar a colaboração de todos os departamentos internos da Ordem na atualização do CRM, com informação sobre a área da formação, sobre processos disciplinares e respetivo cadastro, sobre o controlo de qualidade, das atualizações da inscrição e respetiva idoneidade, entre outras, que decorrem no âmbito do controlo da atividade profissional.

Em 2023, à semelhança do que aconteceu em 2022, foram também simplificados alguns procedimentos, sendo que em 2024 continuaremos com o objetivo de maior proximidade e celeridade no exercício desta atividade de controlo de atividade, para o qual contamos com a colaboração de todos os revisores de contas.

Em 2024, vamos já implementar o novo sistema informático que vai facilitar a informação interna e externa e uma nova forma de comunicar, que nos permitirá aceder ao balcão único, consultar processos e emitir documentos. Esta nova implementação vai permitir uma maior proximidade e celeridade no exercício do controlo de atividade, para o qual contamos com a colaboração de todos os ROC.

Ainda ao nível do controlo da Atividade Profissional, deu-se continuidade ao desenvolvimento de outras ações enquadradas nesta área, nomeadamente:

- Resposta às diversas solicitações formuladas por ROC e outras entidades, através de via postal, telefónica e eletrónica em detrimento da presencial;
- Emissão de declarações ou ofícios conforme solicitado ou necessário nas circunstâncias;
- Acompanhamento das práticas profissionais dos ROC e SROC, bem como das entidades que com estes possam estar, direta ou indiretamente, relacionados, de forma a diagnosticar eventuais situações de incompatibilidade, práticas de concorrência desleal ou indícios de falta de transparência;
- Atuação de forma sistemática sempre que chega ao conhecimento da Ordem, sobre qualquer indício de que alguma entidade, de forma ilícita, presta serviços que constituem competência exclusiva dos ROC ou induz, designadamente por via dos respetivos estatutos, a capacidade ou disponibilidade para prestar tais serviços;
- A contínua atualização dos elementos relativos aos ROC e SROC, em termos de exercício da sua atividade profissional, procurando garantir informação tempestiva e fiável.



M
a
F
S
Z

Ao nível das Atividades de Supervisão desenvolvidas, realizaram-se as seguintes atividades:

- Designação de Revisores independentes para processos de fusão e cisão, como peritos de processos judiciais ou para outros efeitos, em resposta às solicitações recebidas;
- Atuação junto das entidades sujeitas a revisão legal de contas de forma a darem cumprimento à obrigatoriedade da nomeação de ROC ou SROC. Esta atividade foi desenvolvida de forma conjugada com o Departamento de Qualificação e Atividade na medida em que a informação disponível o permitiu;
- Outras atividades relacionadas com a supervisão da atividade, exercidas em articulação com outros departamentos.

A OROC pretende ainda no ano 2024, continuar a sua missão com comissões e grupos de trabalho com a participação ativa dos colaboradores e membros da Ordem, diretamente relacionados com o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (BCFT) e, bem assim, manter todas as ações que tem vindo a desenvolver, para prevenir, detetar e mitigar irregularidades relacionadas com o cumprimento pelos seus membros dos deveres previstos na lei do BC/FT.

3.3 COMISSÃO DE INSCRIÇÃO

À Comissão de inscrição, de entre as suas funções, compete verificar a regularidade e o preenchimento dos requisitos de inscrição na Ordem, em estrita observância das disposições previstas no EOROC e no Regulamento de Exame e Inscrição (REI), para o acesso e o exercício da profissão e respetiva divulgação no registo público.

Cientes da importância que representa e da singularidade dos processos, a Comissão de Inscrição conta com o apoio administrativo e assessoria jurídica específica para análise dos requerimentos de inscrição e registo de ROC e SROC, alterações estatutárias das SROC e para prestar apoio aos membros da Ordem. Do trabalho



M
A
F
r

desenvolvido, destacamos a instrução dos processos administrativos e respetivas deliberações, de ROC e SROC, e o procedimento de aferição de idoneidade.

A Comissão de Inscrição realizou 13 reuniões ordinárias, no sentido de deliberar em tempo útil os pedidos formulados pelos membros da Ordem. De salientar que cada reunião da Comissão de Inscrição exige a preparação prévia e apreciação preliminar dos processos submetidos pelos serviços administrativos e da assessoria jurídica desta Comissão, de forma a assegurar o cumprimento integral dos diversos formalismos legais exigidos para que se possa proceder, quer a novos registos, quer a alterações aos registos existentes.

Paralelamente foi assegurada a comunicação das deliberações em sede da Comissão de Inscrição com o Departamento de Supervisão e Auditoria da CMVM, de modo a garantir o cumprimento das disposições legais, bem como a resposta aos pedidos de esclarecimento endereçados à Comissão.

3.4 EXAME

O exame de admissão à Ordem, é composto por quatro provas escritas e uma oral, e visa garantir que todos os membros que venham a ter acesso à profissão possuam os conhecimentos adequados nas matérias definidas no artigo 8.º da Diretiva n.º 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, transposta para o ordenamento jurídico nacional pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, e alterado pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro (EOROC).

A avaliação dos conhecimentos teóricos, pauta-se pelo elevado padrão de qualidade, rigor e exigência da atividade de revisor oficial de contas, e em particular, no exercício de funções de interesse público.

Em conformidade com o EOROC e o REI, a Comissão de Inscrição deliberou sobre os candidatos admitidos a exame e coordenou ainda as atividades relacionadas. Ao Júri de Exame compete a organização, preparação e realização das provas escritas e orais, bem como atribuir a classificação final, pronunciar-se sobre os pedidos de revisão de provas escritas e responder aos diversos pedidos de informação e a requerimentos endereçados.

Realizaram-se em 2023 as quatro provas escritas do Exame para ROC, e em conformidade com o disposto no REI, cujos resultados são sumariados no quadro seguinte:



M
A
K
S
2

Provas	1. ^a Prova	2. ^a Prova	3. ^a Prova	4. ^a Prova	Total 2023	Total 2022	Varição
N.º de inscritos	145	110	98	96	449	290	159
Lisboa	82	65	52	51	250	187	63
Porto	63	45	46	45	199	103	96
N.º de presenças	133	101	89	95	418	263	155
Lisboa	76	61	46	50	233	172	61
Porto	57	40	43	45	185	91	94
Faltas	12	9	9	1	31	27	4
Lisboa	6	4	6	1	17	15	2
Porto	6	5	3	0	14	12	2
N.º de aprovações	74	67	59	63	263	140	123
Lisboa	44	40	31	36	151	96	55
Porto	30	27	28	27	112	44	68
N.º de reprovações	59	34	30	32	155	123	32
Lisboa	32	21	15	14	82	76	6
Porto	27	13	15	18	73	47	26
% Aprovações (face às presenças)	55,6%	66,3%	66,3%	66,3%	62,9%	53,2%	9,7%
Lisboa	57,9%	65,6%	67,4%	72,0%	64,8%	55,8%	9,0%
Porto	52,6%	67,5%	65,1%	60,0%	60,5%	48,4%	12,2%

Da informação apresentada acima, destacamos a aumento, face ao ano transato, de candidatos inscritos nas provas escritas.

No que se refere ao nível de aprovações em 2023, o mesmo ascende a 62,9%, acima do período homólogo em 9,7%.

Os candidatos que obtiveram aprovação em todas as provas escritas, terão de realizar uma prova oral.

Em 2023, foram realizados dois sorteios, por meios telemáticos, dos temas das provas orais, para Lisboa e Porto, nos dias 29 de junho e 12 de dezembro, tendo sido distribuídos 39 e 16 temas, respetivamente. Relativamente ao primeiro sorteio foram realizadas, no mês de novembro, 36 provas orais, tendo sido aprovados 28 candidatos e não aprovados 8 candidatos. Foram ainda realizadas, em maio de 2023, 20 provas orais aos candidatos do segundo sorteio de 2022, tendo sido aprovados 18 candidatos e não aprovados 2 candidatos. As provas orais relativamente ao segundo sorteio realizado em 2023, irão decorrer em 2024.

De salientar ainda que, tal como disposto no Regulamento de Exame e Inscrição, o Júri de Exame é composto por elementos independentes dos formadores do curso de preparação para revisor oficial de contas, de forma a garantir o reforço da independência na avaliação dos conhecimentos dos participantes, não obstante a interdependência que se



M
O
K
S
a

continuou a assegurar entre as matérias ministradas no curso de preparação e o conteúdo das provas de exame.

3.5 COMISSÃO DE ESTÁGIO

O estágio tem como objetivo ministrar ao candidato a revisor oficial de contas formação e práticas adequadas ao exercício da atividade profissional e, a par do acompanhamento e avaliação dos processos de estágio, dar continuidade à estratégia de integração dos membros estagiários na OROC, através da sua inserção nos procedimentos de divulgação e distribuição de circulares, normas e publicações, bem como no incentivo à participação em ações de formação, encontros e seminários.

No decurso de 2023 a Comissão de Estágio realizou 11 reuniões, nas quais foram tomadas deliberações relativas aos vários processos de estágio ao abrigo do Regulamento de Estágio, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 5, de 6 de janeiro de 2017.

A evolução do número de membros estagiários ao longo dos últimos dois anos foi a seguinte:

ROC	2023	2022	Varição 2023/2022
Estagiários em 1 de janeiro	81	93	-12
Estágios iniciados	14	25	-11
Estágios concluídos com aprovação	21	32	-11
Exclusões de estágio	0	2	-2
Desistências de estágio	5	0	5
Estágios encerrados por dispensa	4	3	1
Estagiários em 31 de dezembro	65	81	-16

No decurso do ano de 2023 foram realizadas, através dos respetivos júris constituídos para o efeito, 22 provas de avaliação final de estagiários. No âmbito do acompanhamento e apreciação dos estágios, foram efetuadas, junto dos membros estagiários e respetivos patronos, 29 avaliações intercalares por coordenadores de estágio e 18 avaliações por revisores-coordenadores. Realizaram-se ainda 19 entrevistas para efeitos de dispensa de estágio.

3.6 TÍTULO DE ESPECIALISTA

O Título de Especialista constitui uma certificação de competência específica



M
Fs
a
s
z

na área da auditoria/revisão legal de contas. Aplica-se a todos os Revisores Oficiais de Contas com inscrição em vigor na OROC e relativamente aos quais se verifique o exercício efetivo de atividade.

Em 2023, foram apreciados pelo Conselho Diretivo 4 requerimentos, todos aprovados.

3.7 SUPERVISÃO E CONTROLO DE QUALIDADE

Os Revisores Oficiais de Contas e as Sociedades de Revisores Oficiais de Contas estão sujeitos a controlo de qualidade, o qual é exercido pela Ordem, sob a supervisão da CMVM, no que respeita a auditores que não realizem revisão legal das contas de entidades de interesse público, nos termos do disposto no nº1 do artigo 69 do EOROC.

O controlo de qualidade tem como objetivo principal a verificação da aplicação das normas de auditoria de acordo com o previsto no EOROC e outras normas técnicas ou regulamentação nacional adicionais decorrentes de exigências legais ou regulamentares e ainda a verificação do cumprimento pelos Revisores Oficiais de Contas dos deveres estabelecidos no EOROC.

O controlo de qualidade tem, também, como objetivo promover a melhoria da qualidade, incentivando os Revisores Oficiais de Contas a adotarem as práticas profissionais mais adequadas de acordo com o Regulamento do Controlo de Qualidade da Ordem (RCQ) – Regulamento nº 26/2017 aprovado pela Assembleia Geral extraordinária de 30 de junho de 2016 e publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 6, de 9 de janeiro de 2017.

O controlo de qualidade da atividade exercida pelos ROC e SROC, relativamente a funções de interesse público, deve ser exercido em conformidade com um plano anual.

No âmbito do controlo de qualidade, a Comissão do Controlo de Qualidade (CCQ):

- Promoveu a realização do Sorteio Público em 6 de julho de 2023, visando os controlos a exercer pela Ordem, nos termos do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria (RJSA), aos ROC e SROC que não exercem revisão legal de contas de entidades de interesse público, referentes às auditorias relativas ao ano de 2022;
- Divulgou em 28 de dezembro de 2023, o relatório da atividade desenvolvida e as conclusões extraídas das ações de controlo executadas no período compreendido



M
A
F
R
Z

entre 1 de novembro de 2022 e 11 de dezembro de 2023 sobre as auditorias relativas ao ano de 2021;

- Preparou o Plano Anual do Ciclo do Controlo de Qualidade 2023/2024 e realizou as tarefas de planeamento e controlo para a sua concretização, designadamente seleção dos dossiês de trabalho, alocação aos controladores-relatores, comunicação com os controlados e controladores-relatores e controlo da execução dos controlos de qualidade;
- Continuou a estabelecer com a CMVM (Departamento de Supervisão de Auditoria-DSA) as comunicações acordadas relativas ao controlo de qualidade executado pela Ordem;
- Prestou esclarecimentos à CMVM sobre pareceres da CCQ, conclusões e resumos do controlo de qualidade anual e ainda sobre procedimentos de acompanhamento;
- Efetuou reuniões com a CMVM facultando os elementos solicitados relativamente aos controlos de qualidade realizados no ciclo anterior.

3.7.1 | RESULTADOS CICLO DE CONTROLO DE QUALIDADE 22/23

Na sequência do sorteio público realizado em 14 de julho de 2022, foram selecionados 20 SROC e 25 ROC que não realizam revisão legal de contas em entidades de interesse público. Para além das SROC/ROC sorteados, foram ainda sujeitos a controlo no ciclo 22/23 os processos que transitaram do ciclo 21/22.

Até 11 de dezembro de 2023, foram executados e concluídos 39 controlos de qualidade horizontais, encontrando-se em curso oito processos (quatro relativos a SROC e quatro relativos a ROC), o que se representa, relativamente ao controlo vertical, 14 dossiês em curso.

Síntese das conclusões do controlo horizontal por categorias e por entidades:



M
F
a
s
z

Resultados Controlo Horizontal	Total 2022/2023		SROC		ROC	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sem observações	12	31%	7	35%	5	26%
Com observações	7	18%	4	20%	3	16%
Subtotal	19	49%	11	55%	8	42%
Com observações significativas - Acompanhamento	17	44%	8	40%	9	47%
Com observações significativas - Insatisfatório	3	8%	1	5%	2	11%
Subtotal	20	51%	9	45%	11	58%
Total analisado	39	100%	20	100%	19	100%
Sem controlo horizontal	0		0		0	
Cancelados	4		0		4	
Em curso	8		4		4	
Total	51		24		27	

Síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiês:

Resultados Controlo Vertical	Total 2022/2023		SROC		ROC	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sem observações	21	26%	21	34%	0	0%
Com observações	28	35%	22	36%	6	32%
Subtotal	49	61%	43	70%	6	32%
Com observações significativas - Acompanhamento	20	25%	13	21%	7	37%
Com observações significativas - Insatisfatório	11	14%	5	8%	6	32%
Subtotal	31	39%	18	30%	13	68%
Total analisado	80	100%	61	100%	19	100%
Cancelados	4		0		4	
Em curso	14		10		4	
Total	98		71		27	

As apreciações gerais sobre a evolução dos resultados face ao ciclo anterior e a análise da natureza das observações notadas podem ser encontradas no relatório da atividade acima referido.

Em 11 de janeiro de 2024, a CCQ promoveu uma ação de esclarecimentos, que contou com elevada adesão, na qual foram partilhados os resultados do controlo de qualidade bem como as principais observações significativas identificadas e recomendações efetuadas.



M
A
T
S

z

Acompanhamento de controlos com observações e recomendações significativas:

A CCQ coordenou a realização das ações de acompanhamento executadas pelos controladores-relatores relativamente aos processos de controlo de qualidade a dossiers que no controlo de qualidade de anos anteriores evidenciaram observações significativas, solicitando e analisando as medidas e procedimentos a implementar ou implementados no sentido de serem superadas as deficiências detetadas.

Conforme apresentado no relatório da atividade desenvolvida, a situação dos acompanhamentos relativos aos controlos de qualidade dos ciclos 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022 é a seguinte:

- Ciclo de 2018/2019: do total de 23 processos sujeitos a acompanhamento, foram cancelados três processos de acompanhamento e concluídos 17 processos por se considerarem satisfatoriamente implementadas as recomendações efetuadas. Conforme já referido no relatório da CCQ do ciclo anterior, foi ainda concluído um processo cujas recomendações não foram satisfatoriamente implementadas, pelo que o mesmo foi remetido pelo Conselho Diretivo para o Conselho Disciplinar. Assim, continuam em curso dois processos.
- Ciclo de 2019/2020: foram cancelados seis processos e concluídos 13 acompanhamentos cujas recomendações foram satisfatoriamente implementadas, pelo que não existem processos em curso referentes a este ciclo.
- Ciclo de 2020/2021: foram concluídos 16 dos 19 acompanhamentos planeados, encontrando-se os restantes 3 processos em curso.
- Ciclo 2021/2022: do total de 16 processos sujeitos a acompanhamento, foram cancelados dois processos de acompanhamento e concluídos oito processos por se considerarem satisfatoriamente implementadas as recomendações efetuadas. Assim, continuam em curso seis processos.

Os controlos de qualidade verticais ou horizontais, classificados pela CCQ com resultados insatisfatórios são remetidos pelo Conselho Diretivo ao Conselho Disciplinar e são subseqüentemente alvo de acompanhamento. O resumo dos processos de acompanhamento é o seguinte:



M
F
S
Z

- Processos de 2018: transitaram em julgado sete dos oitos processos que foram classificados como insatisfatórios no ciclo de 2018/2019. Dos sete acompanhamentos, um foi cancelado devido ao facto de o ROC não ter atividade, quatro processos foram encerrados tendo as recomendações sido satisfatoriamente implementadas e transitam para o ciclo seguinte dois processos.
- Processos de 2019: transitaram em julgado nove dos 10 processos que foram classificados como insatisfatórios no ciclo de 2019/2020. Dos nove acompanhamentos, três foram cancelados devido a cancelamento/ausência de atividade, três processos foram encerrados tendo as recomendações sido satisfatoriamente implementadas e transitam para o ciclo seguinte três processos.
- Processos de 2020: transitaram em julgado, até 28 de fevereiro de 2023, 12 dos 15 processos que foram classificados como insatisfatórios no ciclo de 2020/2021. Dos 12 acompanhamentos iniciados no ciclo 2022/2023, cinco foram cancelados (quatro devido a cancelamento/ausência de atividade e um devido a falecimento do ROC), um processo foi encerrado tendo as recomendações sido satisfatoriamente implementadas e transitam para o ciclo seguinte seis processos.
- Processos de 2021: Transitou em julgado apenas um processo cujo acompanhamento se iniciará no ciclo 2023/2024.
- Processos de 2022: Os acompanhamentos dos 13 processos (dois processos com classificação de insatisfatório apenas no controlo horizontal, 10 processos com classificação de insatisfatório apenas no controlo vertical e um processo com classificação de insatisfatório no controlo horizontal e no controlo vertical) iniciar-se-ão no ciclo 2023/2024.

Cumpra ainda referir que, para além dos acompanhamentos acima referidos, encontram-se em seguimento seis processos de acompanhamento acordados com a CMVM (dois processos de 2017 e quatro processos de 2018).



M
a
r
ç
o

Implementação das recomendações efetuadas pela CMVM:

Foi recebida, em 30 de dezembro de 2022, a versão preliminar do relatório interlocutório com os comentários e recomendações efetuados pelo DSA da CMVM, no âmbito da sua supervisão do controlo de qualidade relativo ao ciclo de 2020/2021. A supervisão do controlo de qualidade realizado pela CMVM teve por base uma amostra dos processos analisados pela CCQ. A resposta da OROC foi submetida a 15 de março de 2023, tendo a versão final do relatório relativo à supervisão do ciclo de 2020/2021 sido recebida em 12 de maio de 2023.

Relativamente ao ciclo 2021/2022, a CCQ remeteu à CMVM toda a documentação relacionada com o controlo de qualidade deste ciclo em janeiro de 2023, e tem prestado os esclarecimentos solicitados pelo DSA da CMVM. Relativamente a este ciclo, a CCQ recebeu em 17 de janeiro de 2024 o relatório final do DSA da CMVM. Por indicação do Conselho Diretivo, a CCQ iniciou de imediato a análise do relatório, ainda que o mesmo tenha sido emitido numa versão final sem direito a contraditório. Foi realizada uma reunião com a CMVM em 30 de janeiro de 2024 e encontra-se em curso a preparação da resposta da CCQ que deverá ser entregue até 15 de abril de 2024.

3.7.2. Ciclo de controlo de qualidade 23/24

No âmbito do planeamento dos controlos relativos ao sorteio público do ciclo 2023/2024, realizado em 6 de julho de 2023, a CCQ preparou o Plano Anual do Controlo de Qualidade onde consta o seguinte:

- Critérios de seleção do sorteio público e programa de intervenção da Comissão de Controlo de Qualidade;
- Lista dos ROC e SROC a controlar sorteadas no Sorteio Público;
- Lista anual dos controladores-relatores aprovada;
- Listas das entidades sorteadas, organizada por SROC e ROC, com a afetação do controlador-relator em cada entidade;
- Prazos do processo de controlo de qualidade;
- Ação de formação de controladores-relatores;
- Deveres dos Revisores controlados e Controladores-relatores.



M
a
f
s
e
z

De realçar que o ano de controlo a apreciar em 2023/2024 é o terceiro ano do ciclo de seis anos (2021/2026) (com referência à revisão legal das contas de 2020/2025).

3.8 FORMAÇÃO

3.8.1 | FORMAÇÃO CONTÍNUA

O ano de 2023 trouxe novos desafios para a profissão. Destacamos a revisão e implementação da ISA 315, que entrou em vigor para as auditorias de Demonstrações Financeiras de períodos que se iniciaram a partir de 15.12.2021, bem como a entrada em vigor das Normas de Gestão da Qualidade, as quais impõem que os Revisores Oficiais de Contas definam e implementem sistemas de gestão de qualidade em conformidade com a ISQM 1 e 2. A OROC proporcionou diversas sessões sobre estes temas, em sistema on-line e presenciais, em todo o Continente e Ilhas, permitindo a discussão e partilha destas temáticas.

Mantivemos a diversificação na oferta formativa, mantendo-se a realização da formação em modelo on-line, uma vez que se mantém a preferência dos participantes, mas introduzindo já algumas em sistema presencial

Reforçamos a oferta formativa nas matérias identificadas como relevantes nas conclusões dos processos de controlo de qualidade, com o objetivo de reforçar o conhecimento e apoiar os Colegas na melhoria das suas metodologias de trabalho e na respetiva documentação e obtenção de prova de auditoria. Foram, assim, desenhadas formações de modo a abranger todas as etapas de um trabalho de auditoria, desde a aceitação / retenção de clientes, a estratégia e plano de auditoria, o planeamento de uma auditoria (enfoque na materialidade), a avaliação dos riscos e respetivos procedimentos a desenvolver para os endereçar e os aspetos relevantes ao nível das conclusões e relato (declaração do órgão de gestão, como exemplo).

Foram igualmente realizadas formações abrangendo os trabalhos de garantia de fiabilidade (ISAE 3000) e procedimentos acordados (ISRS 4400), nos quais se inseriu as temáticas da GAT 19 e outros serviços equivalentes.

No âmbito do sistema interno de qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelas SROC e ROC, e tal como referido, tivemos a entrada em vigor das novas normas de gestão de qualidade (ISQM 1 e 2), cuja implementação mostrou, e continua a mostrar, ser um desafio



M
Alts
se
z

para todos os membros. Estabelece a ISQM 1 que os sistemas de gestão de qualidade deveriam ser concebidos e implementados até 15 de dezembro de 2022 e a avaliação do sistema de gestão de qualidade realizada no prazo de um ano após a data de entrada em vigor. A adoção da respetiva norma implicou que, até 15 de dezembro, as firmas e ROC que exercem de forma individual, tiveram de:

- i) estabelecer os objetivos de qualidade;
- ii) identificar e avaliar os riscos de qualidade;
- iii) conceber e implementar as respostas aos riscos e,
- iv) conceber e implementar as atividades de monitorização.

A OROC estruturou várias sessões de formação, onde foram abordadas as oito componentes da norma, cuja base de preparação foi o guia de implementação, o qual foi traduzido e disponibilizado aos Revisores Oficiais de Contas.

De salientar que já no segundo semestre de 2022 e no primeiro semestre de 2023, foram realizadas sessões de formação introdutórias, nas quais foram abordados os objetivos desta norma e os seus vários componentes.

Ao nível do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, e com o objetivo de apoiar os Revisores Oficiais de Contas no cumprimento da legislação em vigor, foram realizadas diversas ações de formação, nomeadamente para dar cumprimento aos deveres de formação, obrigatórios nos termos da Lei.

Apresentamos infra, o resumo dos principais indicadores referentes à formação contínua do ano de 2023 em comparação com o ano anterior:

Ano	2023	2022	Varição
Formação realizada	132	146	-10%
Número de participantes	4568	4861	-6%
Horas de formação	753	749	1%

O número de formações esteve equiparado ao ano de 2022, verificando-se um acréscimo de 1% no número de horas de formação assistindo-se, porém, a um decréscimo do número de participantes.



M
A
F
S
Z

Apresentamos em seguida o número de cursos e total de horas oferecidas por áreas temáticas:

Ano	2023		2022		Variação	
	nº cursos	Horas	nº cursos	Horas	nº cursos	Horas
Auditoria	62	368	80	426	-23%	-14%
Contabilidade	24	128	11	54	118%	137%
Fiscalidade	22	121	24	121	-8%	0%
Direito	16	75	18	80	-11%	-6%
Outros	8	61	13	68	-38%	-10%
Total	132	753	146	749	-10%	1%

À semelhança de anos anteriores, nos cursos de formação acima referidos participaram ROC, colaboradores de ROC, membros estagiários, formandos do Curso de Preparação para ROC e quadros de empresas ou de outras entidades, procurando-se uma crescente participação de formandos que não são membros da Ordem.

No quadro abaixo apresenta-se o detalhe desta informação:

Tipologia de participantes	Nº Participantes	
	2023	2022
ROC	3642	3907
Colaboradores	514	568
Estagiários	146	180
CPROC	18	21
Empresas	248	185
Total	4568	4861

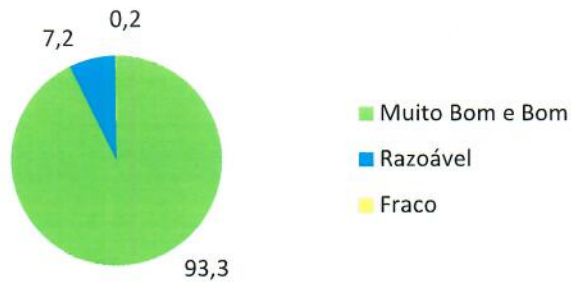
Todas as ações de formação são avaliadas quanto às competências científicas ou técnicas e pedagógicas dos formadores, bem como quanto ao conteúdo do curso, utilidade e outros aspetos.

Da avaliação dos questionários de satisfação obtivemos as seguintes respostas:

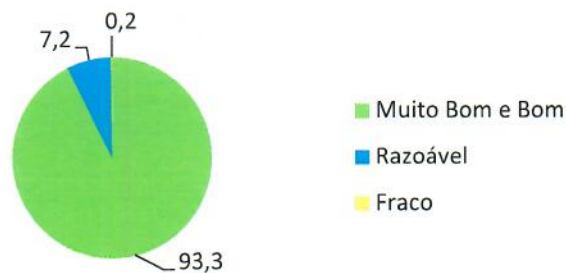


M
F
a
s
e

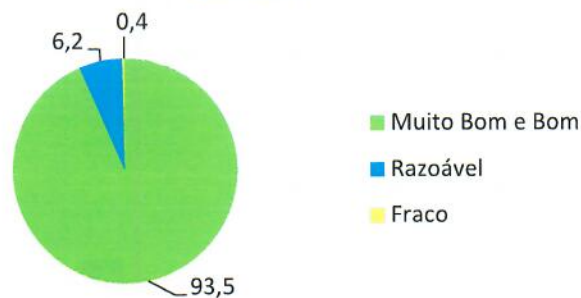
Utilidade Profissional dos Cursos



Avaliação dos Formadores



Avaliação do Conteúdo dos Cursos



O interesse e relevância das ações de formação promovidas pela OROC em 2023, mereceram uma avaliação muito positiva por parte dos participantes, o que nos apraz.



M
A
F
2

3.8.3 | MAPAS DE FORMAÇÃO

A formação profissional contínua é uma responsabilidade de cada Revisor Oficial de Contas, independentemente da forma de exercício da sua atividade profissional. Para o efeito, **os Revisores Oficiais de Contas devem elaborar, até 30 abril de cada ano, um relatório anual designado por mapa de formação**, relativo à formação profissional contínua realizada no ano civil anterior, conforme disposto no nº 4 do artigo 11 do Regulamento da Formação e de acordo com a circular anualmente divulgada pela Ordem.

No decurso de 2023, todos os mapas recebidos foram objeto de análise tendo-se verificado, a nível geral, o cumprimento por parte dos membros, o que significa a realização das horas obrigatórias de formação.

3.8.4 | CERTIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO

O regulamento de formação permite que sejam certificadas pela OROC, para efeitos de atribuição de créditos certificado formações relativas à participação em ações de formação promovidas por sociedades de Revisores Oficiais de Contas ou por outras entidades, nomeadamente instituições do ensino superior, associações profissionais, empresas de formação, entre outras, bem como a publicação de livros.

Em 2023 foram certificados 65 processos de formação, conforme mapa abaixo:

Resultado da apreciação dos processos	Número de processos	
	2023	2022
Certificada	65	64
Validada mas não certificada	0	1
Processos em curso	0	0
Total	65	65

3.8.5 | CURSO DE PREPARAÇÃO PARA ROC (CPROC)

No ano de 2023, demos continuidade ao XXIII CPROC, iniciado em outubro de 2022, tendo sido lecionados os três últimos grupos de módulos. Este curso iniciou-se com a inscrição de 112 formandos.

Em outubro, deu-se início a mais um curso, o XXIV CPROC, tendo sido lecionado o 1.º grupo de módulos, que tem continuidade no ano de 2024.



M
a
r
ç
o

À semelhança dos anos precedentes, durante o ano de 2023, foram lecionados 4 grupos de módulos, com uma turma em Lisboa e outra no Porto, com uma carga horária de 72 horas e totalizando 576 horas de formação.

Os dados são os seguintes:

Edições	Período	N.º horas	N.º Formandos		Variação
			2023	2022	
XXIII CPROC					
2.º Grupo	20.01 a 18.03	144	88	70	25,7%
3.º Grupo	21.04 a 01.07	144	89	50	78,0%
4.º Grupo	22.09 a 18.11	144	75	49	53,1%
XXIV					
1.º Grupo	13.10 a 16.12	144	103	125	-17,6%

Relativamente ao XXIII Curso, constatou-se um aumento no número de inscritos face ao período homólogo. Contudo, no XXIV Curso, verificamos um decréscimo de 17.6% no número de inscritos.

3.8.6 | ACADEMIA OROC

Em 2023, demos continuidade ao curso de formação específica *Academia OROC*. A Academia OROC surge da necessidade verificada de formar, tanto os profissionais que ingressam a profissão de auditor Júnior, como os que evoluem para categorias profissionais de *seniores/supervisores*, nas mais variadas matérias, nomeadamente na adequada aplicação das normas internacionais de auditoria. Consideramos fundamental que os colaboradores dos Revisores Oficiais de Contas e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas adquiram *know-how* que lhes permita desenvolver de forma adequada, as tarefas necessárias às diferentes categorias profissionais, como garante da melhoria na qualidade dos trabalhos de auditoria. Em 2023 abrimos, pela 1ª vez, uma turma para *managers/supervisores*.

Todos os cursos apresentam uma metodologia centrada numa formação prática, com uma abordagem de matérias relevantes nas áreas que, por regra, são afetas a cada uma das categorias de profissionais. Estes Programas “Academia OROC” são realizados em



M
Q
H
S
Z

formato presencial e intensivo, em Lisboa e no Porto, devido à sua componente prática. Realizaram-se este ano, oito turmas com um total de 177 participantes.

Reiteramos o nosso agradecimento aos Colegas que se mostraram disponíveis a integrar a nossa bolsa de formadores, bem como a todos os que assistiram às nossas formações e contribuíram, de alguma forma, para o debate de ideias e na identificação de outras matérias relevantes para a profissão.

3.9 DEPARTAMENTO TÉCNICO

O Departamento Técnico da OROC prosseguiu, durante o ano de 2023, o seu objetivo de prestar apoio técnico a todos os membros da OROC, ROC e SROC, na persecução dos seus trabalhos junto dos clientes.

Este apoio técnico materializou-se na prestação de orientações e esclarecimentos nas seguintes áreas:

- Na aplicação das normas de auditoria e das normas contabilísticas;
- Na interpretação de leis e de regulamentos, em estreita parceria interna com o Departamento de Assessoria Jurídica da OROC, sendo o foco principal em matérias relacionadas com o Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas e o Código das Sociedades Comerciais, entre outros;
- Especificidades sobre o setor público, em estreita parceria interna com a Comissão Técnica do Setor Público;
- Especificidades sobre o setor bancário e segurador, em estreita parceria interna com a Comissão Técnica das Atividades Financeiras e Seguradoras;
- De impostos, em estreita parceria interna com a Comissão Técnica dos Impostos.

Durante o ano 2023 verificou-se uma mudança na forma como os colegas colocam as questões, as quais aparecem maioritariamente por telefone, às quais o



M
A
K
S
E
Z

departamento responde pela mesma via, sempre que as mesmas não envolveram complexidade.

Para benefício de todos os membros, considerando que algumas questões são frequentes ou possam ser igualmente úteis para o desenvolvimento dos trabalhos, foi lançada a área de perguntas e respostas frequentes, com matérias que tiveram origem junto do departamento e que, para o efeito, foram devidamente anonimizadas.

A pasta no site da OROC onde estão a ser divulgadas estas perguntas e respostas encontra-se evidenciada abaixo. Esta pasta foi atualizada em 2023 com novas questões.



A atividade do departamento abrangeu igualmente outros projetos, para além deste apoio técnico mais direto aos colegas.

Continuamos a monitorar de perto o que é publicado pelos organismos internacionais de relevo para a nossa área, e adaptamos os temas a comunicações internas quando considerámos temas relevantes. Todos estes temas foram



M
a
K
s
z

igualmente publicados na revista da OROC, na área específica do departamento técnico sob a epígrafe “Desenvolvimentos Regulatórios Relevantes”.

Circulares de relevo para a profissão

Um outro instrumento relevante de comunicação e divulgação de elementos essenciais à atividade dos membros é a emissão de circulares, sendo de destacar as seguintes, emitidas no decurso do ano 2023:

Circular n.º 01/2023

- No seguimento da aprovação, pelo Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), do Regulamento n.º 343/2021, o qual inclui o Regulamento do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia dos Setores Elétrico e Gás (abreviadamente Regulamento PPEC), e o qual prevê a intervenção de um ROC na certificação de determinados reportes que os promotores devem efetuar à ERSE, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e a ERSE, acordaram um modelo de declaração do Revisor Oficial de Contas sobre os Mapas de Despesas no âmbito da nova edição do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC).

Circular n.º 03/2023

- Publicou esclarecimentos sobre a aplicação da ISQM 1 – Norma Internacional de Gestão de Qualidade e da necessidade de alterar os modelos de alguns relatórios em conformidade.

Circular n.º 10/2023

- Publicação da nova versão do GAT 5.

Circular n.º 24/2023 entretanto revogada e substituída pela Circular 3/2024, emitida já em janeiro de 2024



M
A
Q
F
S
R

- Publicação de um modelo de reporte para os projetos relacionados com a Agência Nacional de Inovação (ANI), baseado na ISRS 4400.

Circular n.º 40/2023

- Publicação de um modelo de reporte para os projetos no âmbito das Agendas para a Inovação Empresaria, baseado na ISRS 4400.

E no decurso dos primeiros dias de janeiro, mas pela respetiva importância, destaca-se a publicação da Circular n.º 2/2024

- Atualização da GAT 1 e dos respetivos modelos de certificações legais das contas.

Site da OROC

- O Comité Técnico tem sido responsável por algumas atualizações do sítio da OROC, nomeadamente:
- A colocação no sítio da OROC das IFRS traduzidas para Português, estando estas normas atualizadas em função das publicações / endossos efetuados pela União Europeia de novas normas, atualizações e melhorias às normas;
- A colocação no sítio da OROC, de toda a informação regulamentar sobre o normativo SNC e SNC-AP;
- A divulgação no sítio da OROC, das perguntas e respostas frequentes, conforme já descrito acima.
- A disponibilização das traduções das normas internacionais de auditoria (ISA)

Atividade a nível internacional

A Ordem fez-se representar em diversas reuniões e conferências internacionais, salientando-se as seguintes os grupos do Accountancy Europe em



M
A
A
S
Z

matéria de contabilidade, política regulatória, fiscalidade e matérias financeiras, onde tem vindo a ser acompanhado os trabalhos do EFRAG e do IASB e oferecido os comentários aos respetivos projetos de consulta.

Foi preparada e apresentada pela OROC, em novembro de 2023, a resposta à consulta pública sobre alguns aspetos circunscritos das opções de transposição da Diretivas sobre o relatório de sustentabilidade, organizada pela CMVM. Este tema tem merecido o acompanhamento dos desenvolvimentos internacionais, por forma a que seja assegurado um regime que não se afaste do que seja as opções dominantes dos países europeus, de forma a não criar obstáculos de competitividade para o nosso país e, dessa forma, para a comunidade empresarial afetada e para nossa profissão.

Foi mantido o desenvolvimento dos contactos e cooperação com as congéneres dos países de língua oficial portuguesa, com destaque para participação em alguns seminários ou conferências das nossas congéneres e a assinatura de um protocolo de cooperação celebrado com São Tomé e Príncipe (OTOCA) em matéria de formação.

A OROC esteve ainda presente na Assembleia do IFAC, na qualidade de membro efetivo, realizada em Viena, tendo sido discutido um importante tema relacionado com possíveis estratégias na captação e atração de talento e respetivos contributos das associações e ordenes profissionais para o efeito, aspeto nuclear que tem afetado a nossa profissão de forma relevante.

3.10 ÉTICA E DISCIPLINAR

Os membros da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas estão sujeitos à jurisdição disciplinar dos seus órgãos, nos termos previstos no EOROC e respetivos Regulamentos. Compete ao Conselho Disciplinar o exercício do poder disciplinar com base em participação dirigida pelos órgãos da Ordem por entidade pública ou por qualquer pessoa singular ou coletiva devidamente identificada, nos termos dos EOROC. O Conselho Disciplinar é um órgão independente no exercício das suas funções, com competências próprias, ao qual



M
A
S
Z

competete julgar, dar parecer, averiguar e deliberar sobre os processos em curso, conforme o EOROC.

No ano de 2023, foram instaurados 3 processos disciplinares e 4 processos de inquérito:

Natureza	Número de processos	Arquivados	Sancionados	Transitados para 2024
Processos de Inquérito	5	3	-	2
Transitados de 2022	1	-	-	1
Instaurados em 2023	4	3	-	1*
Processos Disciplinares	32	25	6	1
Transitados de 2022	29	23	6	0
Instaurados em 2023	3	2	-	1

Relativamente aos processos disciplinares, foram objeto de aplicação de sanções diferentes consoante a sua natureza, nomeadamente:

Processos com aplicação de sanção a escala das sanções aplicadas	Número de processos	Matérias objeto dos processos e natureza da infração	
		Qualidade do trabalho	Ética e deontologia
Advertência registada	1	-	1
Multa de € 2.000	2	2	-
Multa de € 3.000	2	2	-
Multa de € 4.000	1	1	-
Total	6	5	1

3.11 ASSESSORIA JURÍDICA

A Assessoria Jurídica (AJ) prestou, durante o ano de 2023, apoio jurídico nas várias áreas da especialidade do direito, nomeadamente através da elaboração de pareceres e de informações, garantindo a prestação da informação necessária para o cumprimento dos aspetos legais. Neste âmbito, prestou apoio jurídico aos diferentes órgãos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, nomeadamente ao Conselho Diretivo, ao Conselho Superior, à Assembleia Representativa, ao Conselho Disciplinar e ao Conselho Fiscal. Este apoio



M
K
Q
S
Z

consubstanciou-se na emissão de pareceres escritos e informações, nas consultas diretas, formulação de contratos, notificações, convocatórias, atas, acompanhamento de reuniões, apoio ao funcionamento em geral daqueles órgãos e demais comissões, para terem os mesmos um suporte como base á tomada de decisões.

A AJ prestou, igualmente, apoio jurídico de modo específico e contínuo às comissões estatutárias como a Comissão de Inscrição, a Comissão de Estágio e a Comissão do Controlo de Qualidade, envolvendo toda a atividade inerente.

Foi ainda, assegurado o contencioso administrativo e judicial da Ordem, nomeadamente em matéria disciplinar, em matéria de inscrição e de estágio, em matéria de controlo de qualidade, em matéria de controlo de atividade, cabendo-lhe a representação em juízo da OROC e dos respetivos Órgãos.

A colaboração com outros departamentos foi uma realidade, como o caso do Departamento Técnico no que concerne à elaboração das FAQ, com o Departamento de Qualificação e Atividade Profissional, com o Departamento Administrativo e Financeiro, e todos os demais, sempre que solicitado.

A AJ prestou apoio jurídico externo quando diretamente solicitada pelos Revisores Oficiais de Contas e Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, sendo o tempo de resposta às questões apresentadas dependente da complexidade da matéria em causa. A assessoria jurídica representou a Ordem em sede de outras entidades, nomeadamente na Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo.

3.12 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em sede de contratação pública e no ano de 2023, a OROC enquanto entidade adjudicante, lançou, através da plataforma eletrónica de compras públicas, dois concursos públicos internacionais para a aquisição de Prestação de Serviços em Tecnologias e Sistemas de Informação. No primeiro concurso foram excluídas todas as propostas por incumprimento dos requisitos do caderno de encargos. Ambos os concursos, tiveram publicação no DRE e um com publicação no JOUE.

Foram ainda efetuados 15 ajustes diretos e 9 procedimentos simplificados, num total de 24 procedimentos de contratação pública, disponibilizados no Portal Base.



M
A
S
Z

3.13 DESEMPENHO SUSTENTÁVEL

A Ordem dos Revisores está comprometida com o meio ambiente e na divulgação dos temas da sustentabilidade nos fóruns onde participa, também ao nível de funcionamento interno onde aplica as medidas de política ambiental, nomeadamente:

- pelo consumo racional e restringido ao mínimo necessário dos fornecimentos e serviços de terceiros, como nomeadamente a máxima eficiência energética e a redução de consumos de papel e praticamente eliminando-se o consumo de plásticos;
 - pelo envio das comunicações do banco por via eletrónica, evitando o impacto associado à produção de papel, químicos para impressão e pegada do transporte da correspondência;
 - com a adoção de um ambiente predominantemente digital em todos os processos, reduzindo ao mínimo a impressão em papel utilizado quer no relacionamento com os membros, quer nos processos das várias comissões, com o objetivo de total digitalização dos processos;
 - a OROC privilegia ainda ações de formação para sensibilização dos colaboradores;
 - a participação em diversos fóruns relativos ao Ambiente Sustentável com partilha de experiências e promoção de boas práticas;
 - com a opção por produtos amigos do ambiente, nomeadamente com o consumo de água potável tratada nos locais de consumo, disponibilização de copos de café em papel e palhetas de madeira e ainda a disponibilização de garrafas de água em vidro a todos os Colaboradores, eliminando-se assim a utilização de plásticos;
 - pela eficiente gestão de resíduos, incluindo a reciclagem do papel e dos toners das impressoras;
 - disponibilização de ecopontos nos espaços comuns de trabalho, possibilitando assim uma reciclagem adicional de plástico e papel de uso corrente;
- na escolha de fornecedores, sendo os fatores ambientais considerados no processo de seleção e adjudicação;
- na utilização de papel reciclável para a revista da Ordem e a impressão e distribuição associadas no número mínimo indispensável;
 - O regime de teletrabalho adotado desde o início da pandemia, e até finais do ano de 2023, veio contribuir para uma redução da pegada ambiental, com a redução em 50% do espaço ocupado na sede em Lisboa, a redução das deslocações para o local de trabalho e a pela experiência conseguida na adaptação dos processos de trabalho internos por via digital.



M
Q
A
S
G

3.14 EVENTOS E ENCONTROS

No ano de 2023 a OROC realizou vários encontros, quer presenciais quer em modelo híbrido.

- ✓ Em fevereiro, decorreram as cerimónias de entrega dos Certificados aos novos ROC que iniciaram funções no ano de 2022;
- ✓ Em abril, na sequência das alterações legislativas decorrentes da Lei-quadro das associações publicas profissionais (Lei n.º 12/2023, de 28 março) e não obstante ter sido aberta a possibilidade a todos os membros de enviarem os seus contributos e sugestões no seguimento da Circular nº 17/2023 de 12 abril, e o Conselho Diretivo promoveu uma Reunião Geral e alargada a todos membros;
- ✓ Realizou-se no mês de fevereiro a primeira sessão do Ciclo de Conferências OROC, em Lisboa, que teve como principal orador António Vieira da Silva, sob o tema “O Futuro do Trabalho e Atração de Talentos Associada”;
- ✓ Ainda em abril, realizou na cidade do Porto, a segunda sessão do Ciclo de Conferências, que teve como principal orador, António Cunha, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e onde se discutiram algumas das principais questões sobre a aplicação dos fundos comunitários em Portugal;
- ✓ Em junho, o Conselho diretivo homenageou os ROC que completaram 25e 40 anos de atividade como Revisor Oficial de Contas, no ano de 2023;
- ✓ Em julho, o Conselho Diretivo lançou o primeiro canal corporativo da OROC no **Youtube** para aproximar a Ordem dos seus membros e a todos os que têm interesse na área da auditoria e revisão oficial de contas, permitindo fortalecer a profissão e impulsionar o futuro da auditoria em Portugal;
- ✓ A OROC e o Turismo de Portugal realizaram um protocolo que visa operacionalizar o Programa Empresas Turismo 360º. Trata-se de uma iniciativa que pretende colocar as empresas no centro do processo de transformação do setor e que, apoiando-se numa estreita parceria público-privada, tenciona acelerar o processo de incorporação dos indicadores ESG nas respetivas organizações, desafiando as empresas a, ativamente, reequacionarem as suas práticas ambientais, sociais e de governança;
- ✓ A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e a Católica Porto Business School (CPBS) celebraram em setembro um acordo na área da formação;
- ✓ Em setembro, dando continuidade ao Ciclo de Conferências OROC, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas realizou a 3ª Conferência, em Braga. Ernesto Pedrosa, foi o



M
A
S
O
S
R

orador que falou de inteligência artificial e nos contributos que a mesma pode dar á profissão;

- ✓ Em parceria com a AON, realizou um Workshop subordinado ao tema “Riscos Cibernéticos no dia-a-dia dos Revisores Oficiais de Contas”, que teve como formador Ricardo Negrão, Head of Cyber Risk da Aon em Portugal. Este workshop foi realizado na delegação do Porto da OROC e decorreu em formato presencial.
- ✓ Com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), celebrou um Protocolo, em setembro, com o objetivo de promover a frequência de ações de formação e disponibilização das salas de exame para os exames de admissão à Ordem;
- ✓ em novembro, realizou um Protocolo de Cooperação com a Coimbra Business School - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (CBS | ISCAC);
- ✓ O Conselho Diretivo lançou no final do ano, uma campanha digital projetada para promover profissão e atrair talentos para a profissão de auditor e Revisor Oficial de Contas, promovendo-a como uma carreira de sucesso essencial para a economia nacional;
- ✓ Durante todo o ano decorreram encontros de proximidade entre o Conselho Diretivo, Revisores Oficiais de Contas e Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, por forma a abordar diversos assuntos para o interesse da profissão e para o desenvolvimento da OROC e dos seus membros;
- ✓ Em julho, realizou-se na Biblioteca da Assembleia da Republica, a sessão pública do sorteio para seleção dos Revisores Oficiais de Contas e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas que foram submetidos a controlo de qualidade no 3º ano do ciclo 2021/2026;
- ✓ A Ordem realizou ainda o encontro internacional do Quality Assurance Network (QAN), no Porto, consolidando o seu compromisso com a melhoria do controlo de qualidade na auditoria.



M
F
A
S
G

4 | GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A OROC continua a privilegiar a gestão dos Recursos Humanos como uma dimensão estratégica, com particular atenção à atualização e desenvolvimento de competências, mas também ao reforço da comunicação interna sobre a atividade desenvolvida, assegurando um melhor alinhamento organizacional.

4.1 Caraterização dos Recursos Humanos

a) Caraterização:

No final de 2023, a OROC tinha 24 colaboradores. Destes, 22 pertencem aos quadros da Ordem, e dois encontravam-se com contrato de prestação de serviços.

Em termos de rotação, durante o exercício de 2023, deu-se a rescisão do contrato de um colaborador por mútuo acordo e um reforço para do departamento técnico com um profissional a tempo parcial através de contrato de prestação de serviços.

Quanto à distribuição dos colaboradores por sexo e grupos etários, verificamos que existem 18 do sexo feminino e 6 do masculino. Relativamente à estrutura etária, a média dos colaboradores tem 51 anos de idade. A antiguidade média é de 18 anos, considerando para os colaboradores pertencentes aos quadros da Ordem e o tempo em funções.

A taxa de absentismo é reduzida, tendo existido uma situação de baixa que ocorreu por doença durante o ano.

b) Avaliação Contínua e Formação Profissional

A avaliação contínua e a formação profissional tem sido umas das prioridades do CD, como instrumento estratégico que permite monitorizar o desempenho e melhorar a performance dos colaboradores, estimulando a prossecução dos objetivos estratégicos, assente numa gestão orientada por objetivos. O investimento e incentivo à formação profissional também tem sido considerado fundamental para o desenvolvimento e a atualização de competências pessoais, sendo uma prioridade intrínseca à atual cultura organizacional. Por isso, a OROC atribui uma importância central à formação, procurando melhorias no desempenho profissional dos seus colaboradores. Em 2024, pretende-se dar



M
O
K
S
a

continuidade ao sistema de avaliação e desempenho e à formação interna/externa, de modo a capacitar os seus quadros, mobilizando-os e envolvendo-os na mudança, juntamente com o desenvolvimento que se preconiza.

c) Gestão dos Recursos

No ano de 2023, mantivemos as ações desenvolvidas nos anos transatos que permitem nomeadamente, o teletrabalho e o desfasamento dos horários de entrada e de saída dos colaboradores, a reorganização de equipas de trabalho nos vários departamentos consoante as necessidades e a criação de “equipas espelho” e a capacitação dos colaboradores sobre novas metodologias, processos de trabalho e tecnologias de suporte.



M
A
K
de
2

5 | RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

No plano institucional, a OROC reuniu diversas vezes com o Governo na pessoa do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais decorrente da necessidade de adequação ao previsto na Lei n.º 12/2023, de 28 de março, que alterou o Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais.

No âmbito da Visita Apostólica de Sua Santidade O Papa Francisco a Portugal, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023, Virgílio Macedo, Bastonário da OROC, participou num Encontro com Sua Santidade, juntamente com Altas Entidades e representantes do Corpo Diplomático e da Sociedade Civil.

A Ordem manteve a sua representação na Comissão de Normalização Contabilística (CNC), bem como a participação no Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP).

Realizou diversas reuniões institucionais com o regulador (CMVM), dada a sua função de supervisão pública da auditoria em diversos aspetos da regulamentação da profissão.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas foi recebida pela Ministra da Justiça Catarina Sarmento e Castro, para abordar diversos assuntos de interesse para a profissão e onde reconheceu a enorme mais valia do trabalho desenvolvido pelos auditores no âmbito das peritagens judiciais sempre que são designados para o efeito.



M
a
s
e
r

6 | RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

O ano de 2023, á semelhança do ano transato, continuou a ser um ano de elevada cooperação e presença da OROC no âmbito das relações internacionais.

No plano internacional, mantiveram-se os contactos e cooperação com as congéneres dos países de língua oficial portuguesa, nomeadamente:

- ✓ Ordem dos Técnicos Oficiais de Conta e Auditores de São Tomé (OTOCA) - em fevereiro foi celebrado um Protocolo de cooperação nas áreas de formação e cooperação técnico-científica, de forma a aprofundar o conhecimento dos Auditores de São Tomé e Príncipe, em particular, nas matérias de auditoria, ética e deontologia profissional, importante para a capacitação de profissionais de contabilidade e de auditoria em São Tomé e Príncipe na resposta aos desafios dos investidores a nível nacional e internacional. A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas de Contas foi ainda convidada como parceiro da OTOCA a sua Conferência/Workshop subordinado ao tema “O futuro da profissão do Auditor na sociedade contemporânea”, com vista ao desenvolvimento do mercado de auditoria em São Tomé. O Evento que foi um importante contributo para aumentar a credibilidade financeira do país e captar investimento estrangeiro. A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas foi também recebida pelo Primeiro Ministro de São Tomé e Príncipe, Patrice Trevoada, pelo Ministro das Finanças e Economia Azul, Ginésio da Mata, pelo Diretor dos Impostos e várias individualidades, onde teve a oportunidade de demonstrar toda a disponibilidade de partilha de conhecimento com a OTOCA, no âmbito do trabalho realizado para a capacitação dos auditores de São Tomé.
- ✓ A OROC esteve reunida com o Conselho Nacional de Normalização Contabilística de Angola (CNNCA) em março, A acompanhar a comitiva da CNNCA na visita a Portugal esteve ainda presente Adilson Sequeira, consultor da Ministra das Finanças de Angola.
- ✓ Em dezembro de 2023, a Ordem dos Técnicos de Contas e Auditores de São Tomé e Príncipe (OTOCA) realizou o seu I Congresso subordinado ao tema “A contabilidade e Auditoria como garante do desenvolvimento sustentável” e a OROC teve um papel



M
a
F
e
r

impulsionador do evento tendo sido um dos seus principais patrocinadores, bem como tendo oradores presentes.

Ainda durante o ano de 2023, a OROC, como membro da **IFAC**, esteve presente no Conselho da IFAC que se realizou em Viena, Áustria, no mês de novembro. Este evento, que teve particular importância para a OROC, pois teve como um dos momentos mais altos, a entrada da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM) como membro oficial da IFAC. Foi o reconhecimento do caminho feito pela OCAM no fortalecimento da profissão em Moçambique, com a implementação do normativo internacional, com um forte sentido de critérios de qualidade e deontológicos, que permitiu, desde logo, o mútuo reconhecimento dos seus profissionais de auditoria em Portugal e Moçambique e teve como corolário também o seu reconhecimento internacional.

A OROC esteve presente na **16.ª Reunião Plenária do Fórum Global** (*16th Global Forum Plenary*) que decorreu no Centro de Congressos de Lisboa, de 29 de novembro a 1 de dezembro, evento este organizado conjuntamente pelo Secretariado do Fórum Global e pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Já no final do ano de 2023, foi a anfitriã do **encontro internacional do Quality Assurance Network (QAN)**, no Porto, consolidando o seu compromisso com a melhoria do controlo de qualidade na auditoria. O evento, reuniu representantes de entidades profissionais de quinze países europeus, proporcionando uma plataforma de reflexão sobre as mudanças recentes nos ambientes regulatórios e nas práticas de controlo de qualidade nas auditorias em cada um dos seus países.



M
a
s
e
r

7 | ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação, financeira e patrimonial, alcançados pela OROC, no ano de 2023, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício, incluindo as notas anexas.



M
A
K
e
a

RUBRICAS	2023	2022	Variação 2023/2022	
			Valor	%
Vendas e Serviços prestados	2.177.920	2.163.899	14.021	0,6%
Vendas	472	2.055	-1.583	-77,0%
Quotas	1.311.069	1.277.819	33.250	2,6%
Formação	288.748	281.515	7.233	2,6%
Academia OROC	59.305	90.800	-31.495	-34,7%
Curso de preparação para ROC	261.025	204.768	56.258	27,5%
Estágio	61.950	83.300	-21.350	-25,6%
Inscrição em exames	156.310	95.635	60.675	63,4%
Outros emolumentos	39.042	40.168	-1.126	-2,8%
Congresso	0	87.840	-87.840	-100,0%
CMVMC	-186	-351	165	-47,0%
Fornecimentos e serviços externos	-867.333	-1.180.944	313.611	-26,6%
Subcontratos	-20.214	0	-20.214	
Honorários Formadores	-120.978	-144.400	23.422	-16,2%
Honorários CPROC	-77.358	-78.045	687	-0,9%
Honorários OCAM	-828	-42.210	41.382	-98,0%
Honorários Controladores	-103.552	-70.904	-32.649	46,0%
Honorários Comissões	-87.311	-94.447	7.136	-7,6%
Honorários Juri exame	-31.717	-21.736	-9.981	45,9%
Departamento técnico	-31.302	-24.502	-6.801	27,8%
Assessores	-36.533	-1.364	-35.170	2579,2%
Trabalhos especializados informática	-86.360	-106.430	20.070	-18,9%
Trabalhos especializados Gráfica	-32.618	-38.586	5.968	-15,5%
Trabalhos especializados Outros	-20.855	-97.272	76.417	-78,6%
Publicidade	-22.508	-34.953	12.445	-35,6%
Conservação e reparação	-15.124	-10.272	-4.852	47,2%
Condomínios	-17.573	-46.715	29.142	-62,4%
Materiais	-2.440	-21.501	19.061	-88,7%
Energia e fluídos	-10.270	-15.509	5.239	-33,8%
Deslocações e estadas	-62.333	-62.494	161	-0,3%
Coffee breaks	-14.434	-8.725	-5.708	65,4%
Comunicação	-17.125	-18.741	1.616	-8,6%
Rendas e alugueres	-27.382	-35.292	7.910	-22,4%
Limpeza, higiene e conforto	-4.730	-6.186	1.456	-23,5%
Comissões	0	-112.545	112.545	-100,0%
Outros gastos	-23.786	-88.117	64.330	-73,0%
Gastos com pessoal	-802.427	-796.118	-6.309	0,8%
Gastos com Órgãos Sociais	-132.960	-123.377	-9.583	7,8%
Gastos com Pessoal	-520.059	-520.298	239	0,0%
Encargos sobre remunerações	-137.004	-143.315	6.311	-4,4%
Outros gastos com pessoal	-12.404	-9.128	-3.277	35,9%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	1.018	-18.065	19.084	-105,6%
Imparidade de dívidas a receber	-24.404	12.175	-36.579	-300,4%
Aumentos /Reduções de justo valor	2.469	-2.936	5.405	-184,1%
Provisões	8.610	7.499	1.111	14,8%
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	126.254	376.085	-249.831	-66,4%
Outros rendimentos	146.534	158.493	-11.959	-7,5%
Multas Conselho Disciplinar	24.200	33.900	-9.700	-28,6%
Patrocínios	7.000	61.500	-54.500	-88,6%
Outros	115.334	63.093	52.241	82,8%
Outros gastos	-79.082	-65.496	-13.587	20,7%
Quotizações	-52.655	-57.386	4.731	-8,2%
Outros	-26.428	-8.110	-18.318	225,9%
Resultado antes de depreciações	689.374	654.242	35.132	5,4%
Depreciações	-63.056	-72.410	9.354	-12,9%
Resultado operacional	626.318	581.832	44.487	7,6%
Imposto sobre o rendimento do período	-3.601	-3.539	-62	1,8%
Resultado líquido do exercício	622.718	578.293	44.424	7,7%



M
A
T
S



Em relação às principais rubricas e principais variações na Demonstração de resultados destacamos:

- O resultado líquido do exercício foi positivo, no valor de 623 mil euros (578 mil euros em 2022).
- Ao nível das vendas e serviços prestados, de assinalar a manutenção do valor, explicado da seguinte forma:
 - A receita das quotas continua a ser o rendimento mais significativo, representando 60% do total do volume de negócios. Neste exercício registou-se um aumento de 2,5% relativamente a 2022. O aumento está relacionado com o incremento do volume de negócios dos membros, uma vez que em termos de valor percentual, não houve qualquer alteração;
 - De destacar o incremento das inscrições no CPROC, bem como a inscrição em exames;



M
A
E
G

- Em relação aos rendimentos da academia, sofreram um decréscimo, em resultado da redução no número de participantes;
- De assinalar também a mais-valia com a venda do Jean Monnet no valor de 118 mil euros (em 2021 a mais valia na venda do ARCIS tinha ascendido a 376 mil euros).
- No que respeita à rubrica de outros rendimentos, a mesma sofreu pouca variação, apesar de em 2022 se destacarem os patrocínios relativos ao congresso, que em 2023 foram praticamente compensados com os juros da aplicação do excedente de tesouraria (58 mil euros).
- Em termos dos gastos, verificou-se uma significativa redução de gastos relacionado com o facto de em 2022 ter sido organizado o congresso (184 mil euros, sobretudo em trabalhos especializados e outros gastos). Em 2022 foram também incorridos gastos relativos à comissão na venda do ARCIS (113 mil euros).

Em relação a gastos destaca-se ainda o seguinte:

- A rubrica de subcontratos em 2023 está relacionada com a substituição de um funcionário que se encontrava de baixa prolongada.
 - Em 2023 não se realizou o curso para a OCAM, que foi adiado para 2024.
 - Aumento do valor dos honorários pagos a controladores, relacionado com um maior número de controlos (determinados aleatoriamente no sorteio) e com um maior número de acompanhamentos.
 - Verificou-se também uma significativa redução de gastos com condomínio (venda do ARCIS), que corresponde a 30 mil euros.
 - O aumento na rubrica assessores face ao exercício anterior está relacionado com o gasto com a fiscalização das obras que decorreram na sede no presente exercício.
-
- O reforço da imparidade de clientes no valor de 24 mil euros corresponde ao



M
a
F
S
Z

líquido entre a anulação de parte da imparidade constituída entre 2020 e 2022, com a recuperação dos respetivos valores, bem como com o reforço de outras situações.

- O aumento da rubrica outros gastos deve-se ao pagamento de uma taxa ao Tribunal de Contas (17 mil euros) pela análise de contas do ano de 2022.

ANÁLISE FINANCEIRA

A OROC apresenta um total do ativo de 7,8 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 10,9% face a 2022 (770 mil euros).

RUBRICAS	DATAS			
	2023	2022	Variação	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	3.157.955	2.389.937	768.018	32,1%
Ativos intangíveis	78	820	-742	-90,5%
Outros investimentos financeiros	172.781	170.060	2.720	1,6%
	3.330.814	2.560.817	769.996	30,1%
Ativo corrente				
Inventários	124	124	0	0,0%
Associados	111.936	172.420	-60.484	-35,1%
Estado e outros entes públicos	1.420	1.881	-461	-24,5%
Outros créditos a receber	102.368	65.482	36.886	56,3%
Diferimentos	14.398	14.243	154	1,1%
Caixa e depósitos bancários	4.278.739	4.254.480	24.259	0,6%
	4.508.984	4.508.629	354	0,0%
Total do ativo	7.839.797	7.069.447	770.351	10,9%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Resultados transitados	6.066.991	5.488.698	578.293	10,5%
Ajustamentos / outras variações nos Fundos Patr.	457.239	457.239	0	0,0%
Resultado líquido do período	622.718	578.293	44.425	7,7%
Total do capital próprio	7.146.948	6.524.230	622.718	9,5%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	2.334	10.944	-8.610	-78,7%
	2.334	10.944	-8.610	-78,7%
Passivo corrente				
Fornecedores	34.516	41.963	-7.447	-17,7%
Estado e outros entes públicos	42.865	32.967	9.898	30,0%
Outras dívidas a pagar	547.095	366.001	181.094	49,5%
Diferimentos	66.039	93.341	-27.301	-29,2%
	690.515	534.272	156.243	29,2%
Total do passivo	692.850	545.217	147.633	27,1%
Total dos Fundos patrimoniais e do passivo	7.839.797	7.069.447	770.351	10,9%



M
A
S
Z

As rubricas mais significativas do ativo são a caixa e depósitos bancários, que representa 55% do valor do ativo, e a rubrica dos ativos fixos tangíveis, representando 40% do total do ativo.

Em relação às principais rubricas e principais variações do balanço destacamos:

- Em 2023 verificou-se um acréscimo de 768 mil euros nos ativos fixos tangíveis resultante das obras em curso no edifício da sede e da aquisição de uma fração nas instalações da OROC no Porto. Foi ainda afetada pela alienação da sala que a OROC possuía no edifício Jean Monnet.
- Manutenção da rubrica de caixa e depósitos bancários, apesar do investimento realizado. Foram efetuados depósitos a prazo que permitiram a rentabilização da tesouraria.
- A rubrica outros investimentos financeiros regista um conjunto de aplicações financeiras, depositadas em diversas instituições financeiras.
- A rubrica associados regista as dívidas de ROC's e SROC's relativamente a quotizações, seguros, formações e emolumentos. O valor sofreu um decréscimo explicado pelos procedimentos de cobrança constituídos mas também devido ao reforço de imparidade.
- A rubrica créditos a receber inclui os valores a receber de entidades que não ROC's e SROC's.
- A redução da rubrica de provisões deveu-se a riscos anteriormente considerados, que não se materializaram (retenções na fonte de IRC sobre juros de 2018).
- A rubrica outras dívidas a pagar é constituída maioritariamente pela rubrica "acréscimos de gastos", nomeadamente com pessoal, controlo de qualidade e gastos com formadores e fornecedores de investimento. O seu aumento está relacionado com o aumento dos fornecedores de investimento relacionado com a obras na sede.



M
a
K
e
z

A estrutura do Balanço reflete uma substancial autonomia financeira de 91% (idêntica em 2022), bem como uma significativa solvabilidade de 10,3 (12,0 em 2022) e um adequado equilíbrio financeiro patente no rácio de liquidez geral de 6,5 (8,4 em 2022).



M
a
r
t
i
n
h
a
r
i
s

8 | ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

8.1 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE

O mapa seguinte sintetiza a execução do orçamento aprovado para 2023. No plano global, verifica-se uma taxa de realização de cerca de 107% nos rendimentos e de cerca de 81% nos gastos.

A execução do orçamento apresenta-se bastante satisfatória, como se apresenta:



M
A
A
G

RUBRICAS	2023	PAO 2023	Variação 2023/PAO23	
			Valor	%
Vendas e Serviços prestados	2.177.920	2.169.060	8.860	0%
Vendas	472	1.500	-1.028	-69%
Quotas	1.311.069	1.306.760	4.309	0%
Formação	288.748	321.600	-32.852	-10%
Academia OROC	59.305	120.000	-60.695	-51%
Curso de preparação para ROC	261.025	201.000	60.025	30%
Estágio	61.950	64.750	-2.800	-4%
Inscrição em exames	156.310	109.450	46.860	43%
Outros emolumentos	39.042	44.000	-4.958	-11%
Congresso	0	0	0	
CMVMC	-186	-360	174	-48%
Fornecimentos e serviços externos	-867.333	-1.173.940	306.607	-26%
Subcontratos	-20.214	0	-20.214	
Honorários Formadores	-120.978	-192.020	71.042	-37%
Honorários CPROC	-77.358	-81.500	4.142	-5%
Honorários OCAM	-828	-43.550	42.722	-98%
Honorários Controladores	-103.552	-101.450	-2.102	2%
Honorários Comissões	-87.311	-89.830	2.519	-3%
Honorários Juri exame	-31.717	-31.500	-217	1%
Departamento técnico	-31.302	-25.700	-5.602	22%
Assessores	-36.533	-65.200	28.667	-44%
Trabalhos especializados informática	-86.360	-167.507	81.147	-48%
Trabalhos especializados Gráfica	-32.618	-32.682	64	0%
Trabalhos especializados Outros	-20.855	-28.499	7.644	-27%
Publicidade	-22.508	-24.400	1.892	-8%
Conservação e reparação	-15.124	-10.000	-5.124	51%
Condomínios	-17.573	-20.000	2.427	-12%
Materiais	-2.440	-13.000	10.560	-81%
Energia e fluídos	-10.270	-15.000	4.730	-32%
Deslocações e estadas	-62.333	-89.200	26.867	-30%
Coffee breaks	-14.434	-12.500	-1.934	15%
Comunicação	-17.125	-20.300	3.175	-16%
Rendas e alugueres	-27.382	-18.000	-9.382	52%
Limpeza, higiene e conforto	-4.730	-15.300	10.570	-69%
Comissões	0	0	0	
Outros gastos	-23.786	-76.802	53.016	-69%
Gastos com pessoal	-802.427	-879.550	77.123	-9%
Gastos com Órgãos Sociais	-132.960	-125.240	-7.720	6%
Gastos com Pessoal	-520.059	-592.140	72.081	-12%
Encargos sobre remunerações	-137.004	-145.680	8.676	-6%
Outros gastos com pessoal	-12.404	-16.490	4.086	-25%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	1.018	0	1.018	
Imparidade de dívidas a receber	-24.404	0	-24.404	
Aumentos /Reduções de justo valor	2.469	0	2.469	
Provisões	8.610	7.499	1.111	15%
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	126.254	0	126.254	
Outros rendimentos	146.534	98.550	47.984	49%
Multas Conselho Disciplinar	24.200	40.000	-15.800	-40%
Patrocínios	7.000	10.000	-3.000	-30%
Outros	115.334	48.550	66.784	138%
Outros gastos	-79.082	-87.760	8.678	-10%
Quotizações	-52.655	-78.590	25.935	-33%
Outros	-26.428	-9.170	-17.258	188%
Resultado antes de depreciações	689.374	133.499	555.875	416,4%
Depreciações	-63.056	-78.760	15.704	-19,9%
Resultado operacional	626.319	54.739	571.580	1044,2%
Imposto sobre o rendimento do período	-3.601	-5.000	1.399	-28,0%
Resultado líquido do exercício	622.718	49.739	572.979	1152,0%



M
A
F
S
O
S
Z

Na execução orçamental de 2023, salienta-se:

- O desvio desfavorável dos rendimentos provenientes da formação e academia foi compensado com o desvio favorável nos rendimentos do curso de preparação para ROC, mais 60 mil euros do que o previsto.
- Desvio favorável na rubrica de rendimentos com inscrição em exames (mais 46 mil euros).
- A rubrica de subcontratos não prevista em orçamento está relacionada com a substituição de um funcionário que esteve de baixa prolongada.
- A redução no valor na rubrica de gastos com formadores (menos 70 mil euros) considerando o referido anteriormente.
- O adiamento do curso da OCAM para 2024, a pedido da mesma.
- A rubrica assessores ficou 29 mil euros abaixo do previsto, explicado pelo facto dos gastos previstos com consultoria na implementação do sistema informático, não se ter efetivado em 2023, tendo o início da implementação sido passado para 2024.
- O desvio na rubrica de gastos com trabalhos especializados informática, no valor de 81 mil euros, relaciona-se com o facto de se ter estimado que a implementação do programa informático e o pagamento das respetivas licenças ocorresse ainda em 2023, o que não veio a acontecer.
- O desvio na rubrica outros gastos (menos 53 mil euros) está relacionada essencialmente com o facto de se ter adiado para 2024 uma das iniciativas previstas.
- Os gastos com pessoal ficaram abaixo do previsto (72 mil euros) porque a vaga no departamento técnico ainda não foi preenchida, assim como se verificou uma situação de baixa prolongada.
- De destacar ainda a mais valia na alienação do jean Monnet no valor de 118 mil euros.
- No que respeita à rubrica de outros rendimentos o seu aumento, está relacionado essencialmente com o registo de juros de depósitos a prazo (58



M
f
a
s
z

mil euros) sendo que, apesar do curso da OCAM não se ter realizado, estabeleceu-se uma parceria com a CPC Macau que compensou a referida perda.

A redução de coimas está relacionada com a amnistia Papal nas Jornadas Mundiais da Juventude que decorreram em Lisboa.

No que respeita ao orçamento de investimentos apresenta uma boa realização no que respeita às obras na sede, no valor de 744 mil euros face a uma previsão de 952 mil euros. Prevê-se a conclusão das obras em abril de 2024.

Efetuaram-se ainda algumas aquisições de móveis para a nova sede no valor de 112 mil euros, face a 61,5 mil euros estimados.

Adicionalmente, e depois de aprovado em Assembleia Representativa, procedeu-se à aquisição da única fração que não era propriedade da OROC nos serviços regionais do Norte, por forma a valorizar o património da OROC (145 mil euros).

No que respeita à renovação do sistema de informação da OROC, os trabalhos de desenvolvimento deram início em 2024, pelo que a execução em 2023 foi nula. O movimento na rubrica de investimentos está evidenciado no quadro seguinte:

RUBRICAS	2023	PAO 2023	Desvio	%
ATIVO FIXO TANGÍVEL				
Equipamento informatico	2.649	6.150	-3.501	-56,9%
AFT em curso				
Edifícios e outras construções - Lisboa	743.716	951.880	-208.164	-21,9%
Edifícios e outras construções - Porto	144.855	0	144.855	
Equipamento administrativo - moveis	112.802	61.500	51.302	83,4%
Equipamento administrativo - informatica	10.945	0	10.945	
Subtotal	1.012.319	1.013.380	-1.061	-0,1%
ATIVO INTANGÍVEL				
Prop. ind. e outros direitos	0	270.600	-270.600	-100,0%
Subtotal	0	270.600	-270.600	-100,0%
Total	1.014.967	1.290.130	-275.163	-21,3%



M
a
s
e
z

9 | PERSPETIVAS FUTURAS

O **Plano de Atividades e Orçamento para 2024**, aprovado em janeiro último, reflete o compromisso com as atribuições inerentes ao Conselho Diretivo e o alinhamento com o quadro estratégico que se pretende desenvolver, para a boa execução do Plano de Atividades.

Para 2024, vai ser concluído a implementação do sistema informático que permitirá aos vários departamentos melhorar o tipo de comunicação com os membros seja em matérias gerais seja, no apoio em matérias técnicas.

O grande desafio do ano de 2024, será a aplicabilidade decorrente da promulgação da Lei n.º 79/2023, de 20 de dezembro, que vem proceder à 2ª alteração ao Estatuto da OROC, e a necessidade de atualizar em conformidade todos os regulamentos da ordem e demais institutos jurídicos necessários. Estão neste momento, já a decorrer vários grupos de trabalho que o Conselho Diretivo constituiu para o efeito e que, com a colaboração de muitos revisores/ auditores em parceria com a assessoria jurídica será possível essa adequação por imperativo legal.

Ainda como uma prioridade e no âmbito do **departamento técnico** prevê-se a atualização permanentemente do site com as atualizações mais recentes às ISA's, e também com as novas normas relacionadas com as *Less Complex Entities*, bem como com matérias relacionadas com o relato do desempenho de sustentabilidade.

No **âmbito da formação** e para 2024, o objetivo é de aumentar a formação em matérias de auditoria nomeadamente na aplicação das Normas Internacionais de Auditoria, bem como a Gestão da Qualidade ISQM 1 que iniciamos este ano e ISQM 2. É preocupação da Ordem, manter a aposta na diversidade das matérias a abordar, assim como nos aspetos relevantes ao nível das áreas diretamente relacionadas com o controlo de qualidade, são as prioridades.

Por último e ainda nesta área, pretendemos dar continuidade à Academia OROC, estando planeadas a abertura de 3 turmas para o mês de setembro e outubro para juniores, seniores e managers.

No âmbito da **Supervisão da Atividade Profissional** perspetivamos mais do que nunca, desenvolver diversas diligências que permitam continuar com o objetivo de maior proximidade e celeridade no exercício do controlo de atividade, desde logo promover a



M
a
f
s
z

comunicação regular com os Revisores sobre qualidade com a finalidade de prevenir incumprimentos profissionais ou infrações de disposições legais, operacionalizar o processo de supervisão e de qualificação e desenvolvimento da atividade profissional na OROC, promover a relação da Ordem com a CMVM nas diferentes matérias.

No âmbito do **Controlo de Qualidade** perspetivamos desenvolver no ano de 2024 a promoção dos procedimentos tendentes a melhorar a qualidade do trabalho dos auditores em toda a linha de acordo com o plano de ação para 2024.

Também em linha do Plano apresentado prosseguiremos a boa e eficiente **gestão do orçamento da Ordem**, pretendendo-se assegurar a valorização dos recursos humanos promovendo a sua capacitação e adequação aos novos desafios, implementar as boas práticas no exercício da atividade, que garantam a sustentabilidade ambiental, aumentar o nível de segurança de informação e de proteção de dados pessoais e acima de tudo aumentar o nível de satisfação daqueles com quem trabalhamos e daqueles que diariamente servimos.

Outro grande desafio passará, pela transformação digital e pela desmaterialização e simplificação processos e a completa automatização dos procedimentos.

O Conselho Diretivo considera ainda fundamental manter interação com as congéneres e fortalecer os laços entre profissionais, como sobejamente demonstrado.

Em suma, o ano de 2024 será um ano de contínuo trabalho e desafios para o Conselho Diretivo e todos os colaboradores da OROC.



M
A
E
Z

10 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração o resultado líquido apurado em referência a 2023 no montante total de 622.717,64 euros o Conselho Diretivo propõe que o mesmo seja transferido para resultados transitados.



M
A
F
S
Z

11 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

11.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

11.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS

PATRIMONIAIS

11.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

11.5 ANEXO



M
a
f
se
G

11.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Demonstração da Posição Financeira individual em 31 de Dezembro de 2023

unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	3.157.955,26	2.389.937,33
Ativos intangíveis	7	77,90	819,94
Outros investimentos financeiros	8	172.780,54	170.060,13
		3.330.813,70	2.560.817,40
Ativo corrente			
Inventários	9	123,60	123,60
Associados	10	111.936,14	172.419,75
Estado e outros entes públicos	11	1.419,64	1.880,77
Outros créditos a receber	10	102.367,91	65.482,28
Diferimentos	12	14.397,60	14.243,48
Caixa e depósitos bancários	4	4.278.738,78	4.254.479,56
		4.508.983,67	4.508.629,44
Total do ativo		7.839.797,37	7.069.446,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Resultados transitados	13	6.066.991,29	5.488.698,21
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	13	457.238,88	457.238,88
Resultado líquido do período	13	622.717,64	578.293,08
Total dos fundos patrimoniais		7.146.947,81	6.524.230,17
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	2.334,29	10.944,47
		2.334,29	10.944,47
Passivo corrente			
Fornecedores	10	34.515,59	41.962,89
Estado e outros entes públicos	11	42.864,95	32.967,14
Outras dívidas a pagar	10	547.095,30	366.001,49
Diferimentos	12	66.039,43	93.340,68
		690.515,27	534.272,20
Total do passivo		692.849,56	545.216,67
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7.839.797,37	7.069.446,84



M
a
r
ç
o
2

11.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração individual dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2023

unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	15	2.177.920,20	2.163.898,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(185,93)	(350,68)
Fornecimentos e serviços externos	16	(867.332,47)	(1.180.943,77)
Gastos com o pessoal	17	(802.427,12)	(796.117,86)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9	1.018,32	(18.065,32)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(24.403,90)	12.175,40
Aumentos /Reduções de justo valor	8	2.469,40	(2.936,04)
Provisões (aumentos/reduções)	14	8.610,18	7.498,69
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	18	126.254,16	376.085,32
Outros rendimentos	18	146.534,01	158.493,15
Outros gastos	19	(79.082,37)	(65.495,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		689.374,48	654.242,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7	(63.055,90)	(72.410,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		626.318,58	581.831,90
Resultado antes de impostos		626.318,58	581.831,90
Imposto sobre o rendimento do período	11	(3.600,94)	(3.538,82)
Resultado líquido do período		622.717,64	578.293,08



M
a
f
e
z

11.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Demonstração individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2023

unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO PERÍODO 2023		5.488.698,21	457.238,88	578.293,08	6.524.230,17	6.524.230,17
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	13	578.293,08	0	(578.293,08)		0,00
		578.293,08		(578.293,08)		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				622.717,64	622.717,64	622.717,64
RESULTADO INTEGRAL				622.717,64	622.717,64	622.717,64
POSIÇÃO NO INÍCIO PERÍODO 2023	13	6.066.991,29	457.238,88	622.717,64	7.146.947,81	7.146.947,81

Demonstração individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2022

unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		5.301.159,20	457.238,88	187.539,01	5.945.937,09	5.945.937,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	13	187.539,01		(187.539,01)		0,00
		187.539,01		(187.539,01)		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				578.293,08	578.293,08	578.293,08
RESULTADO INTEGRAL				578.293,08	578.293,08	578.293,08
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	13	5.488.698,21	457.238,88	578.293,08	6.524.230,17	6.524.230,17



M
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

11.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração individual dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023

unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2.388.612,88	2.213.974,05
Pagamentos a fornecedores		741.102,08	1.117.608,64
Pagamentos ao pessoal		805.247,00	764.481,08
Caixa gerada pelas operações		842.263,80	331.884,33
Outros recebimentos/pagamentos		-24.377,18	25.007,54
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		817.886,62	356.891,87
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1.096.323,28	51.051,98
Outros ativos		0,00	112.545,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		300.000,00	3.050.000,00
Juros e rendimentos similares		2.695,88	3.048,21
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-793.627,40	2.889.451,23
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		24.259,22	3.246.343,10
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4.254.479,56	1.008.136,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.278.738,78	4.254.479,56



M
A
K
S
Z

11.5 ANEXO

O presente Anexo compreende as divulgações que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

1. Introdução

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública a quem compete representar e agrupar os seus membros e superintender em todos os aspetos relacionados com a profissão, nos termos do respetivo Estatuto aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, e alterado pela Lei 99-A/2021, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 79/2023, de 20 de dezembro.

A Ordem tem a sua sede em Lisboa, na Rua do Salitre n.º 51/53 e dispõe de Serviços Regionais no Norte, no Porto, sitos na Avenida da Boavista n.º 3477/3521.

Outras informações podem ser obtidas na página da internet www.oroc.pt ou através do endereço eletrónico: geral@oroc.pt

2. Referencial Contabilístico

Aproveitando a faculdade prevista no artigo 9.º - E do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a OROC optou por aplicar, com as necessárias adaptações, o conjunto das normas contabilísticas e de relato financeiro compreendidas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Todos os valores apresentados neste anexo estão expressos em euros.



M
a
K
S
e
z

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A OROC reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que, com exceção dos seguros da atividade profissional (conforme divulgado na nota 4), nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.



M
O
K
S
Z

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foi derrogada qualquer disposição tendo em vista a necessidade de demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo e dos resultados.

Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todos os conteúdos constantes das contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com o período anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as



M
A
K
E
Z

transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Edifícios – 50 anos

Mobiliário – 8 anos

Equipamento informático – 4 anos

Máquinas fotocopadoras – 5 anos

Outros equipamentos – 5 a 8 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de ativos fixos tangíveis e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos e ganhos”



M
A
K
S
E

ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Programas de computador – 3 anos

- Imposto sobre o rendimento

A OROC é uma pessoa coletiva pública isenta de IRC, exceto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 55º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Assim, no que respeita a rendimentos comerciais, encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), acrescendo ao valor de coleta apurado, a derrama, e as tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o método do custo médio ponderado.



M
a
F
S
z

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é repostada quando deixam de existir os motivos que a originaram.

- Instrumentos financeiros

- **Caixa e Depósitos Bancários** - inclui Caixa, Depósitos à Ordem e Outros Depósitos Bancários registados pelo valor nominal.
- **Outros Ativos Financeiros** - reconhecidos pelo custo amortizado ou pelo justo valor dependendo se têm ou não um retorno fixo ou determinável e se têm ou não maturidade definida.
- **Associados e Outros Valores a Receber** - As contas de “Associados” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas ao custo diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas em resultados por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.
- **Fornecedores e Outras Contas a Pagar** - As contas a Pagar a Fornecedores e Outros Credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Provisões

A OROC analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, o Conselho Diretivo procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Ordem.



M
a
K
se
z

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

O rédito das atividades da Ordem é reconhecido como segue:

- Quotas – no período a que se refere a quotização;
- Ações de formação – no período em que a respetiva ação de formação decorre;
- Inscrições em exame – na data da realização do exame;
- Estágio – no período de estágio.

O rédito proveniente de aplicações de ativos financeiros é reconhecido nos resultados do período a que respeita tendo em conta o prazo das aplicações.



M
A
K
E

z

4. Fluxos de Caixa

Os movimentos e saldos das rubricas que compõem a caixa e seus equivalentes são os seguintes:

Descrição	31/12/2022	Débitos	Créditos	31/12/2023
Caixa	700,00	2.282,75	2.282,75	700,00
Depósitos à ordem	4.253.779,46	13.409.216,84	13.384.957,52	4.278.038,78
Total	4.254.479,46	13.411.499,59	13.387.240,27	4.278.738,78

Descrição	31/12/2021	Débitos	Créditos	31/12/2022
Caixa	1.000,00	4.078,91	4.378,91	700,00
Depósitos à ordem	1.007.136,46	10.674.425,30	7.427.782,30	4.253.779,46
Total	1.008.136,46	10.678.504,21	7.432.161,21	4.254.479,46

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.

O saldo de depósitos à ordem inclui o valor de 14.767,52€ e o saldo de depósitos a prazo inclui 300.000€ (Abanca) que constitui parte da herança deixada pelo ROC Dr. Gastambide Fernandes.

Fluxos de Caixa relacionados com o Seguro de atividade Profissional

A Ordem procede anualmente à entrega à companhia de seguros dos montantes referentes aos prémios das apólices de Grupo de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional de responsabilidade dos seus membros. Por sua vez procede à cobrança desses prémios junto dos membros respetivos. Embora a Ordem seja o tomador de seguro, a responsabilidade coberta refere-se aos seus membros, por este facto, este fluxo não é reconhecido como rédito e gasto na Ordem.

O respetivo fluxo dos recebimentos e dos pagamentos dos valores relativos ao seguro da atividade profissional encontra-se espelhado, pelo líquido, na linha de “outros recebimentos e pagamentos”, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, e dada a sua expressão são apresentados de seguida:



M
a
r
ç
o

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Seguro de Responsabilidade Civil		
Recebimentos referentes a seguro RCP	300.889	1.091.468
Entregas referentes a seguro RCP	297.118	1.076.892
Valor líquido	3.771	14.576

A variação de fluxos de seguro de responsabilidade civil está relacionada com o facto do seguro das cinco das seis maiores Sociedades de Revisores Oficiais de Contas ter passado a ser coordenado pela OROC, mas os contratos serem efetuados diretamente com as SROC's. Assim, em 2023 o fluxo refere-se apenas aos seguros das restantes SROC's e ROC's individuais.

5. Políticas contabilísticas, alterações na estimativas contabilísticas e erros

No exercício de 2023 não se verificaram alterações das políticas contabilísticas utilizadas.



M
A
K
S
Z

6. Ativos Fixos Tangíveis

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	31/12/2023
Valor bruto no início	584.224,65	2.749.865,02	59.700,00	811.554,89	79.842,39	344.308,18	4.629.495,13
Depreciações acumuladas		(1.318.026,78)	(59.700,00)	(783.316,74)	(78.514,28)	0	(2.239.557,80)
Saldo no início do período	584.224,65	1.431.838,24	0,00	28.238,15	1.328,11	344.308,18	2.389.937,33
Variações do período	-62349,74	(172.879,63)	0	(8.769,12)	(302,16)	1.012.319,00	768.018,35
Total de aumentos	0	91.218,47	0	4.168,20	0	1.012.319,00	1.107.705,67
Aquisições em Primeira mão				2.648,87		1.012.319,00	1.014.967,87
Depreciações relativos a abates/ alienações		91.218,47		1.519,33			92.737,80
Total diminuições	-62349,74	(264.098,10)	0	(12.937,32)	(302,16)	0,00	(339.687,32)
Depreciações do período		(53.593,60)		(8.768,94)	(302,16)		(62.664,70)
Outras Diminuições	(62.349,74)	(210.504,50)		(4.168,38)	0,00	0,00	(277.022,62)
Transferências de AFT	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	521.874,91	1.258.958,61	0	19.469,03	1.025,95	1.356.627,18	3.157.955,68
Valor bruto no fim do período	521.874,91	2.539.360,52	59.700,00	810.035,38	79.842,39	1.356.627,18	5.367.440,38
Depreciações acumuladas no fim do período		(1.280.401,91)	(59.700,00)	(790.566,35)	(78.816,44)		(2.209.484,70)

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	31/12/2022
Valor bruto no início	584.224,65	2.749.865,02	59.700,00	809.147,59	79.842,39	2.986.310,51	7.269.090,16
Depreciações acumuladas		(1.263.029,82)	(59.700,00)	(788.586,76)	(78.190,95)		(2.070.107,53)
Saldo no início do período	584.224,65	1.486.835,20	119.400,00	20.560,83	1.651,44	2.986.310,51	5.198.982,63
Variações do período	(54.996,96)	(54.996,96)	0,00	7.677,32	(323,33)	(2.642.002,33)	(2.689.645,30)
Total de aumentos	0	0	0	41.405,42	0	32.152,20	73.557,62
Aquisições em Primeira mão				21.906,36		32.152,20	54.058,56
Depreciações relativos a abates/ alienações	0	0	0	19.499,06	0	0,00	19.499,06
Total diminuições	(54.996,96)	(54.996,96)	(33.728,10)	(33,33)	(323,33)	(2.674.154,53)	(2.763.202,92)
Depreciações do período		(54.996,96)		(14.229,04)	(323,33)	0	(69.549,33)
Outras Diminuições		0,00		(19.499,06)	0,00	(2.674.154,53)	(2.693.653,59)
Transferências de AFT	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	584.224,65	1.431.838,24	28.238,15	28.238,15	1.328,11	344.308,18	2.389.937,33
Valor bruto no fim do período	584.224,65	2.749.865,02	59.700,00	811.554,89	79.842,39	344.308,18	4.629.495,13
Depreciações acumuladas no fim do período		(1.318.026,78)	(59.700,00)	(783.316,74)	(78.514,28)		(2.120.157,80)

Durante o ano de 2023, as aquisições de ativos fixos tangíveis referem-se maioritariamente ao investimento em obras e mobiliário para a remodelação da sede.

O abate/alienação refere-se à venda da sala no Jean Monnet e da venda/ abate de equipamentos informáticos e móveis obsoletos.

Ativos fixos tangíveis em curso

O valor dos ativos fixos tangíveis em curso é constituído por uma sala contígua às atuais instalações do Porto, no valor global de 312 mil euros e pela sala adquirida em 2023 com o objetivo de valorizar o património detido pela OROC no Porto (145 mil euros), e ainda pelas obras em curso na atual sede.



M
A
K
e
z

Os valores em 31 de dezembro de 2023 correspondem a:

Descrição	Lisboa	Porto	Total
Saldo no fim do período de 2022	32.152,20	312.155,98	344.308,18
Aquisições em Primeira mão	867.463,58	144.855,42	1.012.319,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período de 2023	899.615,78	457.011,40	1.356.627,18

7. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis da OROC compreendem fundamentalmente programas de computador, e têm portanto, vida útil definida.



M
a
t
s
e
z

Descrição	Programas de computador	31/12/2023
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS		
<i>Valor bruto total no fim do período</i>	354.056,61	354.056,61
<i>Amortizações acumuladas totais no fim do período</i>	353.978,71	353.978,71
VIDA ÚTIL DEFINIDA		
Valor bruto no início	354.056,61	354.056,61
Amortizações acumuladas	353.236,67	353.236,67
Saldo no início do período	819,94	819,94
Variações do período	(742,04)	(742,04)
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00
Total de aumentos	0,00	0,00
Amortizações do período	742,04	742,04
Total diminuições	742,04	742,04
Outras Transferências	0,00	0,00
Saldo no final do período	77,90	77,90

Descrição	Programas de computador	31/12/2022
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS		
<i>Valor bruto total no fim do período</i>	354.056,61	354.056,61
<i>Amortizações acumuladas totais no fim do período</i>	353.236,67	353.236,67
VIDA ÚTIL DEFINIDA		
Valor bruto no início	353.909,01	353.909,01
Amortizações acumuladas	350.375,84	350.375,84
Saldo no início do período	3.533,17	3.533,17
Variações do período	(2.713,23)	(2.713,23)
Aquisições em primeira mão	147,60	147,60
Total de aumentos	147,60	147,60
Amortizações do período	2.860,83	2.860,83
Total diminuições	2.860,83	2.860,83
Outras Transferências	0,00	0,00
Saldo no final do período	819,94	819,94

8. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros apresentam-se repartidos por entidade bancária e por tipologia conforme quadro seguinte:



M
O
K
S
Z

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Brisa Concessão 1,875% 30-04-2025	97.957,50	95.819,50
Obrigações do Tesouro 2,875% 15/10/2025	53.425,86	52.990,46
ABANCA	151.383,36	148.809,96
PTOTVMOE Portugal (Divida Soberana)	20.300,00	20.404,00
BIG	20.300,00	20.404,00
Total	171.683,36	169.213,96
Ajustamentos de justo valor	0,00	-5.872,08
Investimentos Financeiros ao justo valor	171.683,36	189.617,96
Fundos de compensação	1.097,18	846,17
Total	172.780,54	170.060,13

Os títulos depositados na Abanca resultam da herança deixada por Octávio de Brito Gastambide Fernandes à OROC, sendo o seu rendimento destinado a suportar o Prémio bienal implementado com o seu nome, para premiar trabalhos no domínio da auditoria e contabilidade, conforme decorre dos termos do respetivo Testamento.

9. Inventários

Os inventários são constituídos por livros técnicos (Guia de Aplicação das ISA's; International Audit Board Normas I, II, III; Manual das NICs para o Sector Público), que apresentaram o seguinte movimento durante o período em análise:



M
O
K
e
z

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
Inventários iniciais	123,60	18.539,60
Compras	0,00	0,00
Reclassificação e regularização de inventários e ofertas	185,93	0,00
Perdas por imparidade	0,00	(18.065,32)
Inventários finais	123,60	123,60
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	185,93	350,68

Em 31 de dezembro de 2022 procedeu-se à constituição de imparidade para inventários, uma vez que os Manuais das Normas Internacionais de Auditoria já se encontram desatualizados.

10. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos e passivos financeiros e respetivas perdas por imparidade apresentam a seguinte decomposição:



M
a
r
ç
o

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perda por imparidade acumuladas	Total	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perda por imparidade acumuladas	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e Bancos						
Caixa	700,00		700,00	700,00		700,00
Bancos	4.278.038,78		4.278.038,78	4.253.779,56		4.253.779,56
Total	4.278.738,78	0,00	4.278.738,78	4.254.479,56	0,00	4.254.479,56
Associados						
ROC's	78.568,20	56.427,72	22.140,48	89.910,12	32.023,82	57.886,30
SROC's	89.795,76		89.795,76	114.533,45	0,00	114.533,45
Total	168.363,96	56.427,72	111.936,24	204.443,57	32.023,82	172.419,75
Outras Contas a Receber						
Outros Devedores	61.184,36		61.184,36	57.340,28		57.340,28
Devedores por acréscimos de rendimentos	41.183,55		41.183,55	8.142,00		8.142,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00		0,00	0,00		0,00
Total	102.367,91	0,00	102.367,91	65.482,28	0,00	65.482,28
Passivos Financeiros						
Fornecedores						
Fornecedores	34.515,59		34.515,59	41.962,89		41.962,89
Total	34.515,59	0,00	34.515,59	41.962,89	0,00	41.962,89
Outras Contas a pagar						
Outros Credores	35.414,79		35.414,79	36.244,17		36.244,17
Remunerações Orgãos	0,00		0,00	474,97		474,97
Fornecedores de investimentos	160.896,55		160.896,55	129,15		129,15
Credores por acréscimos de gastos	350.783,96		350.783,96	329.153,20		329.153,20
Total	547.095,30	0,00	547.095,30	366.001,49	0,00	366.001,49

Durante o ano de 2023, o movimento na rubrica de imparidade foi, conforme detalhe o seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Reforço Perdas Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Saldo final
Dívidas a receber de clientes	32.023,82	36.965,84	12.561,94	56.427,72
Total	32.023,82	36.965,84	12.561,94	56.427,72

Considerando a antiguidade de saldos e a situação dos devedores, sem prejuízo da manutenção do esforço de cobrança, evidenciado pelos valores recuperados em 2023, e por uma questão de prudência, foi reforçada a imparidade em 36.965,84€.

A conta de credores por acréscimo de gastos apresenta a seguinte decomposição:



M
a
K
e
Z

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a Liquidar	87.508,22	84.627,00
Júri de exame	830,75	3.655,30
CPROC	26.867,98	23.763,50
Formação contínua	12.601,78	8.499,15
Controlo de qualidade	120.007,95	96.926,62
Órgãos estatutários	13.248,02	17.249,82
Comissão de estágio	28.431,45	40.159,66
Outras comissões e grupos trabalho	9.915,85	11.760,10
Outros	51.371,96	42.512,05
Total	350.783,96	329.153,20

A rubrica “Outros” é referente aos gastos correntes tais como eletricidade, serviços informáticos, comunicações, água, outros honorários e entidades contratantes.

11. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos detalha-se como segue:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	1.419,64	0,00		2.453,48
Retenção de impostos sobre rendimentos		15.600,15		13.229,55
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		11.306,84	1.880,77	
Contribuições para a Segurança Social		15.957,96		17.284,11
Total	1.419,64	42.864,95	1.880,77	32.967,14

Em termos de imposto sobre o rendimento do exercício:



M
K
a
e
z

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Apuramento Imposto		
Coleta (Juros Recebidos)	0,00	0,00
Taxa IRC 21%	0,00	0,00
Base Tributação Autónoma	21.694,63	22.969,84
Tributação Autónoma	3.600,94	3.538,82
Total imposto	3.600,94	3.538,82
Retenção na Fonte Juros	5.020,58	1.085,34
Total a pagar a (receber)	(1.419,64)	2.453,48

12. Diferimentos

As rubricas de diferimentos detalham-se como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo – Gastos a reconhecer		
Outros	14.397,60	14.243,48
Total	14.397,60	14.243,48
Passivo – Rendimentos a reconhecer		
CPROC	0,00	17.250,00
Inscrição no exame	39.600,00	47.520,00
Outros	26.439,42	28.570,68
Total	66.039,42	93.340,68

A rubrica *Outros*, no ativo, corresponde ao diferimento de gastos diversos, nomeadamente Claranet e seguros.

No passivo, na rubrica *Outros*, está incluída uma verba afeta ao Prémio bienal de auditoria Dr. Gastambide Fernandes. Em 2022, esta rubrica foi reduzida no valor dos prémios atribuídos, pela primeira vez com este CD, no valor global de 10 mil euros.



M
A
S
O
S
R

13. Fundos patrimoniais

Os movimentos ocorridos durante o ano, na rubrica de fundos patrimoniais, foram apenas os resultados do exercício de 2023 e 2022, conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2022	Aumentos	Diminuições	31/12/2023
Fundos Patrimoniais				
Resultados transitados	5.488.698,21	578.293,08		6.066.991,29
Doações	457.238,88			457.238,88
Resultado Líquido do Exercício	578.293,08	622.717,64	578.293,08	622.717,64
Total	6.524.230,17	1.201.010,72	578.293,08	7.146.947,81

Na rubrica doações foi registada, no exercício de 2015, a herança que o Dr. Gastambide Fernandes deixou à Ordem. O montante total recebido pela Ordem é objeto de aplicações financeiras específicas (vidé nota 4 e nota 8) e o rendimento respetivo está afeto a um prémio bienal a atribuir no âmbito de um concurso de trabalhos sobre auditoria, como era vontade expressa do doador.

14. Provisões

A conta de provisões regista o valor das devoluções de retenções de IRC referentes aos juros de aplicações financeiras:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES		
Saldo no início do período	10.944,47	18.443,16
Variações no período	(8.610,18)	(7.498,69)
Aumentos do período	0,00	0,00
Reforço	0,00	0,00
Diminuições do período	8.610,18	7.498,69
Reversões	8.610,18	7.498,69
Saldo no fim do período	2.334,29	10.944,47



M
A
K
S
Z

A reversão efetuada no exercício respeita à anulação dos reembolsos de IRC (retenções referentes a juros de aplicações financeiras) de 2018, em função da sua não aplicabilidade.

15. Vendas e prestações de serviços

O rédito reconhecido no período foi integralmente obtido no mercado interno e detalha-se como se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Vendas de livros	471,71	2.054,52
Prestação de serviços	2.177.448,49	2.161.844,25
Quotas emitidas	1.311.068,94	1.277.818,75
Formação Contínua	288.747,75	281.515,00
Academia OROC	59.305,00	90.800,00
CPROC	261.025,00	204.767,50
Estágio	61.950,00	83.300,00
C. Q. Acompanhamento	13.000,00	13.500,00
Inscrições Exame	156.310,00	95.635,00
Outros	25.811,80	26.668,00
Congresso	230,00	87.840,00
Total	2.177.920,20	2.163.898,77

16. Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos com fornecimentos e serviços externos têm a seguinte repartição por natureza:



M
A
R
S
E

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Subcontratos	20.213,64	0,00
Serviços especializados	685.466,36	929.189,76
Trabalhos especializados	139.833,61	242.288,53
Publicidade e propaganda	22.507,60	34.952,82
Vigilância e segurança	847,92	818,88
Honorários	489.580,45	480.246,60
Comissoes	0,00	112.545,00
Conservação e reparação	15.124,03	10.272,16
Condomínios	17.572,75	46.714,91
Outros	0,00	1.350,86
Materiais	16.873,18	30.225,67
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	17,52	1.418,75
Livros e documentação técnica	50,88	53,72
Material de escritório	2.221,26	3.218,04
Artigos para oferta	0,00	16.373,95
Outros	14.583,52	9.161,21
Energia e fluidos	10.269,85	15.508,85
Eletricidade	5.831,44	11.857,50
Combustíveis	60,00	32,71
Água	4.378,41	3.618,64
Deslocações, estadas e transportes	62.333,38	62.493,96
Deslocações e estadas	62.333,38	62.233,50
Transportes de pessoal	0,00	0,00
Transportes de mercadorias	0,00	260,46
Serviços diversos	72.176,06	143.525,53
Rendas e alugueres	27.382,28	35.291,79
Comunicação	17.125,32	18.740,90
Seguros	4.121,83	5.165,09
Contencioso e notariado	2.188,63	1.412,70
Despesas de representação	6.934,88	1.866,80
Limpeza, higiene e conforto	4.729,93	6.185,83
Outros serviços	9.693,19	74.862,42
Total	867.332,47	1.180.943,77

Relativamente aos serviços especializados, os mesmos detalham-se conforme quadro abaixo:



M
F
a
z

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhos especializados	139.833,61	242.288,53
Informática	86.360,28	106.430,47
Pareceres Técnicos	3.111,90	1.937,25
Gráficas	32.617,75	38.585,65
Outros	17.743,68	95.335,16
Publicidade	22.507,60	34.952,82
Honorários	489.580,45	480.246,60
Honorários Formadores	199.164,16	264.655,03
Formação Contínua	120.978,31	144.400,13
CPROC	77.357,85	78.044,90
OCAM	828,00	42.210,00
Honorários Comissões Estatutárias	290.416,29	215.591,57
C. Qualidade	31.565,20	29.852,90
C. Formação	7.850,48	8.177,40
C. Inscrição	6.896,55	6.190,80
C. Estágio	24.306,64	35.869,80
C. Técnicas	13.932,25	14.356,10
Júri Exame	31.717,37	21.735,89
Controladores Relatores	103.552,24	70.903,50
Conselho Redacção R&A	2.760,00	2.640,00
Departamento Técnico	31.302,10	24.501,60
Assessores	36.533,46	1.363,58
Comissões	0,00	112.545,00
Conservação e Reparação	15.124,03	10.272,16
Edifícios	0,00	262,05
Equip. Administrativo	8.861,33	1.981,24
Outros	6.262,70	8.028,87
Condomínios	17.572,75	46.714,91
Jean Monet	786,85	1.374,68
Sec. Reg. Norte	16.785,90	16.157,14
Ivone Silva (ARCIS)	0,00	29.183,09
Outros	847,92	2.169,74
Total	685.466,36	929.189,76

As principais variações nos Fornecimentos e Serviços Externos:

Em termos dos gastos com fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma significativa redução de gastos relacionado com o facto de em 2022 ter



M
a
K
se
Z

incorrido em gastos com a organização do congresso (184 mil euros, sobretudo em trabalhos especializados e outros gastos). Em 2021, foram também incorridos gastos relativos à comissão na venda do ARCIS (113 mil euros). Mais em detalhe deverá ser destacado o seguinte:

- A rubrica de subcontratos em 2023 está relacionada com a substituição de um funcionário que se encontrava de baixa prolongada.
- Em 2023 não se realizou o curso para a OCAM, que foi adiado para 2024.
- Aumento do valor dos honorários pagos a controladores relacionado com um maior número de controlos (determinado aleatoriamente conforme o sorteio) etambém com um maior número de acompanhamentos.
- Verificou-se também uma significativa redução de gastos com condomínio (venda do ARCIS), que corresponde a 30 mil euros.
- O aumento na rubrica assessores está sobretudo relacionado com a fiscalização das obras que decorreram na sede no presente exercício.

17. Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal não incluem benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com o pessoal	802.427,13	796.117,86
Remunerações dos órgãos estatutários	132.959,95	123.376,93
Remunerações do pessoal	520.058,62	520.298,04
Encargos sobre as remunerações	137.004,18	143.315,29
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.825,56	3.357,38
Outros gastos com o pessoal	8.578,82	5.770,22
Número médio de pessoas ao serviço	22	24

Os Órgãos Estatutários são eleitos e compostos por associados inscritos na Ordem. Os Membros dos Órgãos Estatutários não auferem remuneração, sendo



M
O
K
S
Z

atribuídas, a título de compensação, senhas de presença pelas reuniões em que efetivamente participaram. Os montantes respetivos detalham-se como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações dos órgãos estatutários		
Assembleia Representativa	18.432,20	18.519,60
Conselho Superior	3.092,75	6.170,83
Conselho Diretivo	90.390,00	87.340,00
Conselho Disciplinar	21.045,00	10.560,00
Conselho Fiscal	0,00	786,50
Total	132.959,95	123.376,93

O incremento dos gastos com Conselho Disciplinar está relacionado com um maior número de processos analisados por este órgão.

18. Outros rendimentos

A rubrica “outros rendimentos” foi subdividida em duas linhas na Demonstração dos Resultados, tendo em conta o valor expressivo relativo a “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”. Esta rubrica respeita à mais-valia na venda das frações do edifício ARCIS em 2022 e à mais valia na alienação do Jean Monnet em 2023.

Os Outros rendimentos incorridos durante o ano de 2023 são detalhados como se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outros Rendimentos		
Rendimentos suplementares	48.681,35	49.822,00
Correções relativas a períodos anteriores	12.923,43	1.750,11
Multas Conselho Disciplinar	24.200,00	33.900,00
Outros	60.729,23	73.021,04
Total	146.534,01	158.493,15

A rubrica rendimentos suplementares em 2023 contempla o rendimento relacionado com a tradução efetuada para a CPC Macau. Em 2022 registava o rendimento relativo ao curso efetuado para a OCAM.



M
A
S
Z

A rubrica outros regista em 2023 os juros relativos a depósitos a prazo e em 2022 os patrocínios relativos ao congresso.

19. Outros Gastos

Os outros gastos incorridos durante o ano de 2023 são detalhados como se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outros Gastos e Perdas		
Quotizações	52.654,54	56.543,53
IFAC - International Federation of Accountants	23.457,00	19.530,12
CNOP - Conselho Nacional das Ordens Profissionais	2.500,20	2.499,96
FEE - Federation des Experts Comptables Europeens	25.000,34	34.010,04
ICAEW - Institute Of Chartered Accountants in Eng.	1.075,00	503,41
Outras	622,00	667,00
Correções períodos anteriores	1.491,08	287,54
Outros	24.936,75	7.997,53
Total	79.082,37	65.495,60

20. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo e autorizadas para emissão em 20 de março de 2024.

Não se verificaram acontecimentos ou factos relevantes, após a data de autorização de emissão, que requeiram ajustamentos aos saldos ou divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

21. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

Impostos em mora

A OROC apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existe qualquer acordo de regularização de dívidas em vigor.



M
A
F
S
Z

Dívidas à Segurança Social em mora

A OROC apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados. Não existe qualquer acordo de regularização de dívidas em vigor.

Honorários

Os honorários do Revisor Oficial de Contas ascenderam a 3.690€, com iva incluído, em 2023 e em 2022.

Outras divulgações

O ano 2023 foi um ano marcado pelo combate contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o conflito iniciado em outubro de 2023 no Médio Oriente (Israel – Hamas), bem como os ataques recentes no Mar Vermelho, que influenciaram o mercado mundial de energia e pesaram sobre a atividade económica global em 2023, e continuarão a fazê-lo em 2024. A OROC procurou ao longo do ano gerir o aumento dos gastos, reforçando a flexibilidade estratégica e tentando diversificar fontes de abastecimento.

22. Fundo de Pensões

O saldo das contribuições efetuadas pela OROC para o fundo de pensões dos Revisores Oficiais de Contas foram as seguintes:



Q
Z


Descrição	Quantia
Contribuições	955.406
Exercício de 2004, entregue em 2005	99.981
Exercício de 2005, entregue em 2006	123.000
Exercício de 2006, entregue em 2007	120.000
Exercício de 2007, entregue em 2008	121.500
Exercício de 2008, entregue em 2008	100.000
Exercício de 2008, entregue em 2010 (a)	124.253
Exercício de 2009, entregue em 2010	115.000
Exercícios de 2011 e 2012, entregue em 2015 (b)	151.672

(a) inclui juros no valor de 2.753 euros

(b) inclui juros no valor de 1.672 euros

Lisboa, 20 de março de 2024

Presidente Conselho Diretivo



Fernando Virgílio Macedo

Vice-presidente




Rui Pinho

Vogal



Saskia Lopes

Vogal



Mário Freire

Vogal

Rui Vieira



Vogal

Célia Custódio

Vogal

Patrícia Caldinha



ANEXOS



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

ANEXO I

Certificação Legal de Contas



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S R O C n° 176* CMVM n° 20161478

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Revisores Oficiais de Contas** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 7.839.797,37 euros e um total de fundos patrimoniais de 7.146.947,81 euros, incluindo um resultado líquido de 622.717,64 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Ordem dos Revisores Oficiais de Contas** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n° 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel. 239 821 777 * Fax 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede
Rua Batalha Reis, N° 81 – 2º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel. 271 227 303 * Fax 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C
3510 – 084 VISEU
Tel. 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. nº 176* CMVM nº 20161478

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 21 de março de 2024

Bruno José Machado Almeida
(ROC nº 1407, inscrito na CMVM sob o nº 20161017)
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

ANEXO II

Relatório do Conselho Fiscal

ATA n.º 2 - 2024

Pelas 18 horas do dia 23 de março de 2024 reuniram, por via telemática, os membros do conselho fiscal da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, a seguir referidos:

Presidente: Maria Rosário Libano Monteiro

Vogal: José Fernando Morais Carreira de Araújo

Vogal e ROC: Bruno José Machado de Almeida

Como ponto único da agenda estava a discussão e apreciação do Relatório de Gestão e Contas do exercício económico de 2023, findo em 31 de dezembro último, incluindo a respetiva execução orçamental, enviadas por email datado de 22 do corrente mês de março pelo Conselho Diretivo, na pessoa de Saskia Lopes, aos membros deste Conselho.

Neste âmbito examinamos o Balanço em 31 de Dezembro de 2023 que apresenta um total do ativo de € 7.839.797,37 e um total dos fundos patrimoniais de € 7.146.947,81, bem como a Demonstração dos Resultados por Natureza que evidencia um total de vendas e serviços prestados de € 2.177.920,20 e um Resultado Líquido do Período de € 622.717,64 e a Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como o respetivo Anexo às Contas que nos pareceram em boa ordem.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de atividades no ano de 2023 preparado igualmente pelo Conselho Diretivo e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pelo colega Revisor Oficial de Contas, vogal deste Conselho, que não contém reservas e merece o nosso acordo.

Face ao exposto somos do parecer que o referido Relatório e Contas, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas pela Assembleia Representativa conforme relatório e parecer que elaboramos e assinamos.

Por se tratar do último exercício do mandato 2020-2023 não podemos deixar de congratular o Conselho Diretivo pelo trabalho realizado, salientando em especial os seguintes factos:

- evolução do número de ROC's de 1.503 para 1.575, pese embora a redução daqueles em atividade de 922 para 882;
- inserção do modelo on-line na oferta de formação;
- robusta situação de caixa no final de 2023 com € 4.278.378,78 versus € 721.345,00 em resultado da gestão verificada e das alienações das instalações no edifício ARCIS em 2021 e no edifício Jean Monnet em 2023, reduzindo igualmente os encargos correntes por esta via;
- reabilitação da sede na Rua do Salitre em Lisboa e aquisição de sala complementar no Edifício Aviz no Porto; e



- incremento dos fundos patrimoniais de € 5.640.375 para € 7.146.948 e do total do ativo de € 6.271.927 para 7.839.797.

Por nada mais haver a tratar foi encerrada a reunião e lavrada a competente ata que por corresponder à verdade vai ser assinada por todos

Presidente: 

Vogal: 

Vogal e ROC: 

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com a legislação em vigor e nos termos estatutários, apresentamos o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e o Relatório de Gestão e Contas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("Ordem"), relativo ao exercício económico de 2023, findo em 31 de dezembro, cuja elaboração é da competência do Conselho Diretivo.


No decurso do ano de 2023, o Conselho Fiscal reuniu 3 vezes. Acompanhamos a evolução da atividade da Ordem, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho Diretivo e dos serviços da Ordem todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções examinamos as contas da Ordem que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações dos resultados por natureza, das alterações dos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data, bem como o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de atividades no ano de 2023 preparado pelo Conselho Diretivo e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pelo colega Revisor Oficial de Contas, vogal deste Conselho, que não contém reservas e merece o nosso acordo.

Face ao exposto somos do parecer que o referido Relatório e Contas, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas pela Assembleia Representativa.

Lisboa, 23 de março de 2024



Presidente - Maria Rosário Líbano Monteiro



Vogal – José Fernando Morais Carreira de Araújo



Vogal e ROC – Bruno José Machado de Almeida